



PDI
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Capim Grosso/BA
2018

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL.....	4
MANTENEDORA	4
MANTIDA	4
1.1 HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DA FCG	4
1.2 MISSÃO, VISÃO, VALORES, OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO, NA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO	5
1.2.1 Missão	5
1.2.2 Objetivo Geral	6
Objetivos específicos	7
1.2.3 Metas.....	8
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	9
3. INSERÇÃO REGIONAL	13
4. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS GERAIS	16
5. POLÍTICAS DE ENSINO	16
Papel do Professor e Aluno no Processo Ensino-Aprendizagem.....	18
Papel do Professor no Processo Ensino e Aprendizagem	18
Papel do Aluno	19
Relação do Conhecimento entre Professor e Aluno.....	19
6. POLÍTICAS DE PESQUISA E POLÍTICAS DE EXTENSÃO	20
Extensão	21
7. POLÍTICAS DE GESTÃO.....	23
8. RESPONSABILIDADE SOCIAL	27
9. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	30
9.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.....	30
10. PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, ESTABELECENDO OS CRITÉRIOS GERAIS PARA A DEFINIÇÃO DE:	32
10.1 Perfil de egresso	32
11. SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E CURRÍCULO	33
12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	35
13. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS, PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	35
14. PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....	38
15. ATIVIDADE PRÁTICA PROFISSIONAL, COMPLEMENTARES E DE ESTÁGIOS	39
16. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	40
17. INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	41
18. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS	45
19. AVANÇOS TECNOLÓGICOS	45
20. CORPO DOCENTE.....	45
REQUISITOS	45
20.1 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE:	46
20.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PROFESSORES:	47
20.3 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO	49
20.4 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS PROFESSORES DO QUADRO	53
21. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	53

OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	53
22. POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO	53
CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO, CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI:	54
23. CORPO DISCENTE	54
FORMAS DE ACESSO	54
23.1 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	55
23.1.1 Apoio Pedagógico	55
23.1.2 Apoio à Participação em Eventos.....	55
23.1.3 Apoio Financeiro	56
24. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA DO ALUNO (PROGRAMA DE NIVELAMENTO, ATENDIMENTO PSICO-PEDAGÓGICO)	56
24.1 Implantação do Núcleo de Atendimento Pedagógico Discente-NAPED	
26. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.....	61
27. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	62
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO	62
COLEGIADO DE CURSO	66
28. RELAÇÕES ENTRE A ENTIDADE MANTENEDORA E A FACULDADE	66
29. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	67
Princípios norteadores da auto-avaliação da FCG.....	67
29.1 PROCEDIMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	69
29.2 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	72
29.3	73
A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	73
29.4 OBJETIVOS E METAS ESPECÍFICOS PARA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL	74
29.5 PROJETO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL	74
30. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	75
30.1 Políticas de Educação Inclusiva	77
31. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA	78
31.1 EQUIPAMENTOS	79
31.2 SALAS DE AULA	79
31.3 BIBLIOTECA	79
31.3.1 Formas de atualização e expansão do acervo	81
31.4 LABORATÓRIOS	82
31.4.1 Características	82
31.4.2 Política de acesso e uso	82
Plano de conservação e atualização tecnológica	83
31.4.3 Plano de Manutenção	83
31.4.4 Pessoal Técnico e de Apoio	83
31.5 INSTALAÇÕES FÍSICAS GERAIS.....	84
31.6 EQUIPAMENTOS	84
31.7 BIBLIOTECA	84

1. PERFIL INSTITUCIONAL

MANTENEDORA

Instituto Diamantina de Educação – IDE, empresa de sociedade empresarial limitada inscrita no CNP: 13.569.627/0001-00.

O amparo legal da IES está respaldado na portaria de Transferência de Manutenção, nº 70 de 19/02/2013.

MANTIDA

Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso, Recredenciada pela portaria nº 344, de 5 de abril de 2012, situada à Rua Floresta s/n, Loteamento das Mangueiras – Planaltino – Capim Grosso/BA.

1.1 HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DA FCG

A IES (FABES) transferida para uma nova gestão no início do ano de 2009, foi revitalizada e a partir de março do mesmo ano deu-se entrada nos pedidos de transferência das mantidas (FABES) através dos processos: nº 20080002696 (unificação das mantidas); nº 20080002658 nº 20080002659 (transferência de Manutenção). A mantida FABES passou a chamar-se oficialmente FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS CAPIM GROSSO - FCG, com autorização pela Portaria nº 1746 de 22/12/2009, divulgada no DOU em 14/12/2010.

A mantenedora da FABES, Fundação de Ensino Superior Norte da Bahia - FENOB, transferida para Instituto Diamantina de Educação – IDE pela portaria nº 70 de 19/02/2013, nasceu com o objetivo de fomentar a educação na microrregião do semiárido baiano e vem cumprindo seu papel.

A FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS CAPIM GROSSO – FCG, Recredenciada pela portaria nº 344, de 5 de abril de 2012, atualmente mantém os cursos de graduação (Autorizados/Reconhecidos): Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social.

A Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso, atualmente conhecida como FCG, está localizada no Município de Capim Grosso no Estado da Bahia. O Município fica localizado no cruzamento das BR 407 e 324 que fazem a ligação com a capital do Estado, com população estimada em 31 mil habitantes. A principal

atividade econômica é o comércio e a prestação de serviços, potencial que a tornou pólo de atração regional.

Por estar sediada em um município com localização geográfica favorável, a inserção regional da Faculdade tem destaque diferenciado por possibilitar melhor atendimento à microrregião, que abrange municípios importantes, como Jacobina, Senhor do Bonfim, Gavião, Nova Fátima, Campo Formoso, São José, Quixabeira, Serrolândia, Várzea da Roça, Ponto Novo entre outros.

A Faculdade desenvolve atividades de extensão articuladas com o ensino e a pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar relações transformadoras entre a IES e a sociedade, por meio de processo educativo, cultural, científico e desportivo.

1.2 MISSÃO, VISÃO, VALORES, OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO, NA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO

1.2.1 Missão

Formar cidadãos e profissionais competentes e compromissados com o desenvolvimento regional e nacional e com a preservação ambiental e divulgação da história e dos valores culturais de Capim Grosso e da Bahia. Desta forma, promover a qualificação do homem nas dimensões acadêmica, teórica, prática e crítica, formando profissionais excelentes e envolvidos com a transformação social por meio de ações pedagógicas eficientes, inovadoras, orientados por valores humanos e éticos. Dessa forma contribuir para o desenvolvimento da região em que está situada, através de práticas acadêmicas que visem à formação de estudantes pensantes, criativos, críticos, dotados de conhecimentos técnicos, e de inteligência emocional, participantes das atividades acadêmicas e capazes de proporcionar mudanças positivas no desenvolvimento das suas atividades profissionais. Ao planejar as atividades a serem implementadas no período de 2017 a 2022, a equipe que compõe a Faculdade Capim Grosso define que suas ações terão como diretriz básica à integração e a transformação regional, compreendendo que ao estimular a participação de variados atores sociais na vida acadêmica na perspectiva de discutir elementos de preocupação social com possíveis soluções além de identificar recursos potenciais a serem desenvolvidos com o intuito de potencializá-los, desta maneira fortalece o seu compromisso com a região na qual está inserida.

Contribuir para o desenvolvimento da região do semi-árido baiano, através de ações educativas que vise à formação de profissionais de nível superior pautada em preceitos éticos, ambientais, conhecimentos técnicos, responsabilidade social e de valorização aos seres humanos.

A relevância de estabelecer os objetivos e metas institucionais é determinada por este contribuir diretamente com o planejamento das ações institucionais e orientação das atividades.

1.2.1.1 Visão

Ser reconhecida por sua responsabilidade social, compromisso, dinamicidade e qualidade na prestação de serviços educacionais do ensino superior, pelo desejo de ampliar padrões de excelência, pela expansão e aperfeiçoamento contínuo da produção de conhecimento ou seja o capital intelectual da sociedade.

1.2.1.2 Valores

A faculdade de Capim Grosso norteará suas ações, a partir dos seguintes e valores:

- ✓ Aproximação com a comunidade local, tendo em vista ações dialógicas, melhor qualidade de vida e desenvolvimento sustentável da região.
- ✓ Democracia, participação, conduta ética, respeito a cidadania e aos direitos humanos;
- ✓ Valorização da pluralidade étnica cultural, diversidade de gênero, sexo, idade, raça etc.;
- ✓ Compromisso com a inclusão social;
- ✓ Estímulo a criação científica e cultural, mediante o desenvolvimento do espírito crítico, reflexivo, promovendo a integração entre a ciência , cultura e a arte;
- ✓ Pluralismo de ideias, respeito a liberdade e apreço a tolerância;
- ✓ Inovação e desenvolvimento tecnológico.

1.2.2 Objetivo Geral

A FCG tem como objetivo geral promover o Ensino Superior nas Ciências Humanas, Sociais, Exatas e Aplicadas, visando capacitar profissionais para o

mercado de trabalho, desenvolver estudos e programas que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região na qual está inserida, mediante cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Objetivos específicos

- Promover o ensino a padrões mais elevados de qualidade em todos os cursos ofertados;
- Incentivar a extensão e a pesquisa, dentro das possibilidades, de maneira que possam contribuir para o fortalecimento do ensino;
- Incentivar a qualificação continuada de educadores;
- Consolidar implantação dos planos de capacitação e de carreira docente e o desenvolvimento de estratégias para a divulgação dos trabalhos acadêmicos produzidos por docentes e discentes;
- Estabelecer a aproximação com a comunidade local tendo em vista ações dialógicas em prol do repensar a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável da região;
- Estabelecer a integração teoria-prática por intermédio da aproximação empresa e escola;
- Motivar docentes, discentes e funcionários para construir, juntos à direção, uma instituição educacional de referência na região;
- Implementar os projetos pedagógicos dos novos cursos previstos neste PDI que atendam as diretrizes curriculares nacionais fixadas pelo MEC e às peculiaridades regionais, sustentados em princípios metodológicos inovadores e criativos, priorizando a integração teoria-prática e processos de avaliação formativa e continuada da aprendizagem;
- Avaliar periodicamente as condições de ensino dos cursos e programas, a partir de indicadores fixados pela própria Faculdade e tendo como referência os indicadores utilizados pelo MEC;
- Manter e estabelecer novas relações com empresas e organizações da região, para a realização de programas de estágios, curriculares e extracurriculares, iniciação científica, extensão, colocação e recolocação profissional;
- Criar estratégias de fortalecimento financeiro com o intuito de promover a sustentabilidade e o sucesso contínuo da Instituição;

- Desenvolver e manter um quadro de pessoal qualificado e motivado;
- Incentivar a produção científica;
- Ampliar o laboratório e o acervo bibliográfico;
- Incrementar o sistema comunicação interna;
- Incrementar o sistema programa de marketing;
- Ampliar o quadro de docentes a nível de Mestrado e Doutorado;
- Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento regional, científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;

1.2.3 Metas

- Implantar novos cursos de Graduação, pelo menos um curso a cada ano;
- Efetuar análise de mercado com intuito de identificar possíveis demanda para novos cursos a partir de 2022.
- Ampliar em até 50% o Quadro Pessoal Docente com título de mestre e doutores até o final de 2022;
- Manter ativada permanentemente a Comissão Própria de Avaliação para realizar a autoavaliação institucional todos os semestres;
- Implementar as atividades da Comissão Própria de Avaliação institucional até 2018;
- Implantar, a partir de 2018, novos cursos de pós-graduação lato sensu e pós-graduação stricto sensu em parceria com outras IES.
- Reestruturar e Movimentar o novo Núcleo de Iniciação a Pesquisa, Pós-graduação e Extensão- NIPPE, até 2017;
- Estimular o envolvimento de discentes em projetos de extensão e pesquisa;
- Estabelecer critérios para a disponibilização de apoio a atividades de extensão;
- Desenvolver o Evento de Integração Acadêmica (Simpósio) a cada ano;
- Diagnosticar anualmente demandas de ofertas de ações de extensão, até 2017;
- Continuar promovendo semestralmente e anualmente eventos e a participação de alunos em atividades extracurriculares.
- Verificar e acompanhar a aplicabilidade do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) articulado com os PPCs e PDI;

- Elaborar anualmente o Planejamento Estratégico Institucional conforme objetivos e metas previstas no PDI – 2017 a 2022;
- Promover avaliações e adequação do PDI, PPI e Plano Estratégico – 2017 e 2022;
- Rever o manual de rotinas de trabalho e fluxo de atividades;
- Aperfeiçoar o sistema de informação e comunicação – 2017;
- Manter o incentivo a participação contínua em cursos de qualificação profissional para o corpo técnico e corpo docente;
- Continuar promovendo cursos de qualificação do corpo técnico da instituição;

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

A Proposta Pedagógica Institucional - PPI da Faculdade Capim Grosso - FCG contempla os aspectos norteadores do trabalho acadêmico, pedagógico e institucional. Traz uma perspectiva crítica e deve partir de uma reflexão sobre a prática social dos educandos. O universo cultural dos alunos deve ser o ponto de partida de todo o processo ensino-aprendizagem.

Antes de tudo, considera-se necessário destacar a missão da FCG: Formar cidadãos e profissionais competentes e comprometidos com o desenvolvimento Regional e Nacional e com a preservação ambiental, divulgação da história e dos valores culturais da Bahia. Desta forma, promover a qualificação do homem nas dimensões acadêmica, teórica, prática e crítica, formando profissionais competentes e comprometidos com a transformação social por meio de ações profissionais competitivas, mas voltadas para a criação de valores humanos orientados por valores éticos. Assim, contribuir para o desenvolvimento da região onde a mesma encontra-se situada, através de ações educativas que vise à formação de profissionais pautada em preceitos éticos, conhecimentos técnicos e de valorização aos seres humanos.

A relação teoria/prática encontra na Faculdade a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania. As propostas pedagógicas dos cursos mostram, assim, que a cidadania não é dever e nem privilégio de uma área específica do currículo assim como não deve ficar restrita a um projeto

determinado. Exercícios de cidadania são colocados a cada momento de aplicação prática das disciplinas por meio da convivência cotidiana.

Os sujeitos que compõem a Instituição de Ensino FCG têm assumido a discussão no coletivo acerca de uma Proposta Pedagógica consistente que contemple sua missão. Todo este envolvimento da equipe, direção, professores, coordenadores e corpo técnico, faz cumprir a proposta no dia a dia das práticas educativas, executadas dentro e fora da sala de aula. A referida proposta baseada no paradigma da sustentabilidade coletiva, implica no discernimento entre apropriar e produzir. Para materializar os pressupostos teóricos que a sustentam, existe importante procedimento metodológico de operacionalização das metas como: PROJETO TRANSDISCIPLINAR; SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA; colóquios; projetos sociais; mini cursos e outros eventos, os quais proporcionam momentos de interação e reflexão de determinados assuntos com relevância para a formação.

É notório que nos seus anos de funcionamento, a FCG tem tido considerável participação no desenvolvimento da região através de seus egressos e de ações significativas em determinados contextos sociais.

A Proposta Pedagógica da FCG articula um conjunto de princípios e práticas que auxiliam na construção do perfil profissional almejado para os seus profissionais egressos de todos os cursos já existentes e os cursos que estiverem por vir. Cada curso com sua especificidade prima em desenvolver nos seus educandos as habilidades e competências necessárias que, por sua vez, asseguram a instrumentalização teórica-prática dele enquanto profissional para que seja capaz de enfrentar as situações problemas que se apresentarem no seu dia-a-dia.

Desse modo, a PPI da FCG prioriza formar profissionais a partir de metodologias investigativas, atreladas à prática de atividades extensionistas a fim de que estes se desenvolvam e se tornem capazes de compreender os problemas que envolvem o mundo do trabalho, os sujeitos e suas inter-relações e as questões sociais que permeiam tais movimentos, estabelecendo comparação com aspectos mais amplos.

Busca-se em todos os cursos oferecidos pela FCG preparar o profissional, habilitando-o para refletir criticamente os problemas da prática social; que tenha condições de anunciar renovadas formas de intervenção na realidade, exercitando a

indissociabilidade entre o pensar e o agir, a teoria e a prática a fim de contemplar as dimensões éticas e científicas na construção de uma sociedade inclusiva.

Tais diretrizes são construídas cotidianamente e coletivamente, por meio da discussão/reflexão permanente, aqui entendido como a construção deste Projeto Pedagógico Institucional - PPI, articulados pelos coordenadores dos cursos e colegiados, em consonância com o trabalho da direção acadêmica e geral da instituição e demais profissionais que atuam na IES.

Deste modo, os princípios de orientação curricular expressos na LDB estão presentes nos cursos da FCG: identidade, diversidade e autonomia, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade abrigam uma visão do conhecimento e das formas de tratá-lo para ensinar e aprender os conteúdos curriculares como forma de se evitar novas dualidades ou reforçar as já existentes.

O artigo 26 da LDB buscou preservar a autonomia da proposta pedagógica para contextualizar os conteúdos curriculares de acordo com as características regionais, locais e a vida dos alunos. Assim entendida, a contextualização pode ser a forma de organizar a parte diversificada do currículo, sem criar divórcio ou dualidade entre elas e a base nacional expressa por campos de conhecimento, de tal forma que estamos a considerar que a IES se enquadra sobremaneira com a nova legislação.

A apropriação do perfil que contemple a vocação da região em que se encontram localizados os cursos em relação ao perfil brasileiro requer a superação tecnicista tradicional. A formação profissional implementada de forma inovadora pela Faculdade do “saber fazer” envolve a incorporação de uma educação fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho, para que os cursos de graduação possam a cada momento:

- Contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar, a todos, um ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade;
- Demonstrar que o processo de aquisição de conhecimento deve ser compreendido como decorrência das trocas que o graduando estabelece na interação com o meio (natural, social e cultural), cabendo ao professor exercer

a mediação desse processo e articular essas trocas, tendo em vista a assimilação crítica e ativa de conteúdos significativos, vivos e atualizados;

- Utilizar métodos de ensino fundamentados nos princípios da psicologia cognitiva, que privilegie a atividade e iniciativa dos graduandos. Os métodos de ensino utilizados, além de propiciar o diálogo, respeitar os interesses e os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo dos graduandos, devem favorecer a autonomia e a construção da aprendizagem, visando, não apenas ao aprender a fazer, mas, sobretudo, ao aprender a aprender;
- Assegurar ao corpo docente a autonomia e o controle de seu próprio processo de trabalho;
- Utilizar uma abordagem que privilegie a sua dimensão crítica e criativa. O resgate da dimensão humana do trabalho é uma opção na medida em que possibilita a intervenção consciente no processo produtivo, fortalecendo o exercício da cidadania;
- Adotar procedimentos que visem a problematização dos assuntos tratados e à assimilação ativa de conhecimentos;
- Criar condições para o desenvolvimento das capacidades de abstração e reflexão sobre a atividade realizada;
- Ajudar o aluno a incrementar o próprio processo de aprender, a ter controle sobre sua capacidade de processar informações.

Evidentemente, como cada curso tem sua especificidade, a Instituição deverá adotar como base para o traçado do perfil e das competências a serem desenvolvidas, bem como para a seleção de conteúdo de cada curso, os parâmetros constantes nas resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação, relativas a cada curso, buscando adaptá-los naquilo que for pertinente aos traços do profissional preparado para atender o mercado local, regional e nacional.

Portanto, a Proposta Pedagógica da FCG tem por fundamental o processo ensino-aprendizagem, respeitando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No que tange a contextualização, o conhecimento é transposto da situação em que foi criado, inventado ou produzido para a realidade teórica-prática da sala de aula.

Por causa desta transposição didática, deve ser relacionado com a prática ou com a experiência do aluno a fim de adquirir significado e utilidade. A articulação teórica/prática nesta instituição se dá no desenvolvimento dos conteúdos curriculares, dos projetos acadêmicos, nas relações interpessoais e em diversas situações, nas quais se incluem os trabalhos acadêmicos. As indicações pedagógicas dos cursos revelam, assim, que a conscientização ética, ambiental, cidadã deve permear todos os currículos não devem ficar limitadas a um projeto específico. Atividades cidadãs, éticas, convivências humanas devem estar presente em todos os espaços e tempos de desenvolvimento da prática das disciplinas e nas relações vividas no dia a dia.

Consideramos, também, que a flexibilidade está presente nas propostas curriculares como forma de um currículo aberto e congestionado de informações a cada momento de sua aplicabilidade. A Faculdade elaborou, assim, currículos que permitem aos alunos aproveitar os estudos não ministrados em sala de aula.

Como princípios de orientação curricular expressos na LDB e presentes nos cursos da Faculdade, identidade, diversidade e autonomia, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade abrigam uma visão do conhecimento e das formas de tratá-lo para ensinar e aprender os conteúdos curriculares como forma de se evitar novas dualidades ou reforçar as já existentes.

3. INSERÇÃO REGIONAL

Situado na 23ª Região Administrativa da Bahia, o município de Capim Grosso exerce evidente influência socioeconômica e cultural sobre os demais municípios dessa microrregião situada entre a Chapada Diamantina e o noroeste do semiárido baiano. O município se caracteriza por sua natureza agreste e sua vocação produtora. O clima apresenta características variáveis entre megatérmico/semiárido, atingindo temperaturas médias anuais entre 18°C e 35°C. Vegetação típica de todo semiárido nordestino, a caatinga é predominante na região. Seu solo acentua ou justifica o contraste entre a natureza agreste a vocação produtora, geradora de riquezas, através da agropecuária. Predomina na região solos raros ou moderadamente profundos, moderadamente drenados, férteis e de boa produtividade. Seu povoamento deveu-se em parte à fragmentação via parceria, arrendamento, ocupação e venda de dois grandes latifúndios, o da Casa da Torre (dos

descendentes de Garcia D'Ávila) e o da Casa da Ponte (dos descendentes de Guedes de Brito).

Por um lado, a simples posse da terra não atrairia de fato o povoamento desta região, porém, o espírito aventureiro do colonizador branco, ansioso por descobrir pedras e metais preciosos no interior e o interesse crescente pela pecuária, cuja demanda por animais de trabalho e carne aumentava paulatinamente nos centros costeiros e nas áreas de mineração localizadas em Minas Gerais, cujo abastecimento muito contribui a produção baiana das fazendas situadas no vale do São Francisco.

Na contemporaneidade, o desenvolvimento em todos os setores de Capim Grosso nas duas últimas décadas, justifica a sua liderança socioeconômica na região, dados a seguir mostram o crescimento econômico significativo nos últimos anos, com relação à renda per capita.

PIB per capita- Capim Grosso

Ano	CAPIM GROSSO BA	MÉDIA NACIONAL
2015	R\$ 11.737,29 /hab.	R\$ 29.321,71 /hab.
2014	R\$ 9.993,62 /hab.	R\$ 28.495,89 /hab.
2013	R\$ 8.787,46 /hab.	R\$ 26.517,18 /hab.
2012	R\$ 7.482,55 /hab.	R\$ 24.821,35 /hab.
2011	R\$ 6.420,28 /hab.	R\$ 22.748,72 /hab.

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Segundo o IBGE, em 2010, o município contava com uma população de 26.557, já em 2017 estimava em 31.392 habitantes, percebe-se assim seu progressivo crescimento populacional, sendo, dotado também de expressivo movimento comercial, industrial de outros serviços. É oportuno salientar a quantidade de núcleos urbanos próximos à cidade, ensejando o surgimento, já em adiantada formação, de uma ampla urbanização caracterizada por crescente independência da influência anteriormente exercida pelos municípios de Jacobina e Feira de Santana.

Nos últimos anos, Capim Grosso vem se remodelando, de maneira que as necessidades de serviços de educação e de saúde exigem do Poder Público e da iniciativa privada providências que atendam à demanda populacional, em face ao crescimento de sua economia. Ainda segundo dados do IBGE (2017), atualmente a população da zona urbana é de 26.577 habitantes. Portanto as atividades econômicas concentram-se no comércio e prestação de serviços. Vale ressaltar os

serviços no setor automotivo devido ao grande curso de veículos que transitam pelas rodovias que cruzam a cidade. Observa-se também a inserção dessa população no setor primário, na produção agrícola (sobretudo, de feijão, algodão e mamona), na avicultura (principalmente a galinácea), na pecuária (a bovina e a caprina) e, mais recentemente na piscicultura. Esta última atividade foi implementada no município principalmente após o advento das barragens de São José do Jacuípe e de Pedras Altas que, além de garantirem o abastecimento d'água em épocas de estiagem, servem de criadouro natural para alevinos de várias espécies. Assim, a contar a permanência da atual situação ou o seu desenvolvimento, em pouco tempo o município de Capim Grosso poderá estar entre os maiores pólos de piscicultura do Estado da Bahia.

As atividades secundárias e terciárias situam-se nos percentuais crescentes de 4,5% e 17,2%, respectivamente. Em referência à educação, o município dispõe de um significativo número de escolas de Ensino Fundamental e Médio mantidas pelo Poder Público e pela iniciativa privada, de acordo a tabela a seguir é possível visualizar o quantitativo matrículas no ensino médio dos municípios vizinhos no ano de 2017, mostrando assim a área de abrangência da FCG, que pode contribuir com a inserção deste alunos no ensino superior.

Matricula no Ensino Médio ano 2017

Município	Quantitativo	Distância em Km
Caldeirão Grande	575	60
Campo Formoso	2.826	129
Capela do Alto Alegre	320	53
Capim Grosso	1.253	-
Filadélfia	659	72
Gavião	106	35
Jacobina	3.366	62
Mairi	608	46
Nova Fátima	262	49
Ponto Novo	558	62
Quixabeira,	430	13
São José do Jacuípe	371	16
Senhor do Bonfim	4.170	106
Serrolândia	435	47
Várzea da Roça	422	34
Várzea do Poço	229	60
Total	16.590	-

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -2017. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba>. Acesso em 26 de outubro de 2018

Contudo, por um bom tempo, o acesso ao nível superior, da juventude capimgrossense egressa da Educação Básica, cumpria-se no ritual seguido pelos poucos profissionais de terceiro grau no município: migrar para centros urbanos interioranos mais desenvolvidos, dotados de faculdades e universidades (Jacobina, Senhor do Bonfim, Feira de Santana) ou mesmo para a Capital do Estado.

A crescente busca dos setores econômicos locais por profissionais graduados e de alto grau de especialização exigem a criação de cursos de graduação, pelo fato de ser o município um pólo regional de desenvolvimento comercial e agropecuário a necessitar do implemento de mão-de-obra especializada. Vislumbrando essa realidade e comungando das ideias de mobilização de esforços em prol da melhoria da formação humana e qualificação técnica profissional local e, ansiando por cumprir a tarefa de formação de profissionais portadores de diploma superior no interior da Bahia, a Faculdade de Capim Grosso vem oferecendo os Cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção, Pedagogia e Serviço Social e pós graduação nas áreas destes cursos.

4. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS GERAIS

Os princípios que norteiam os objetivos e compromissos da FCG são de:

- **Igualdade:** Todos os indivíduos são iguais perante a sociedade, possuindo os mesmos direitos e deveres e serão possuidores, com igualdade, ao final de cada curso, do melhor conhecimento, na sua especialidade;
- **Qualidade:** O ensino e a vivência escolar serão conduzidos de modo a criar as melhores e mais apropriadas oportunidades para que os indivíduos se desenvolvam na sua total potencialidade cultural, política, social, humanística e profissionalmente;
- **Democracia:** A responsabilidade pelo cumprimento desta missão está dividida entre alunos, professores, funcionários, administradores e comunidade, que, participando crítica e enfaticamente do processo acadêmico, promoverão o exercício da plena cidadania;
- **Humanismo:** O rompimento do individualismo em todos os níveis de modo a estimular a ética e os ideais de solidariedade humana.

5. POLÍTICAS DE ENSINO

O ensino, em uma perspectiva crítica, deve partir de uma reflexão sobre a prática social dos educandos. O universo cultural dos alunos deve ser o ponto de partida de todo o processo ensino-aprendizagem.

Os estudos multiculturais críticos apontam para uma pedagogia de política cultural, e nesta, os atores são portadores de identidades e culturas próprias

(McLaren, 1997). Por este prisma, o processo de ensino-aprendizagem é solidário, democrático, inclusivo, participativo e emancipador.

Conforme Regimento Institucional

O currículo pleno de cada curso elaborado em observância às diretrizes curriculares editadas pelo Poder Público é composto de disciplinas teóricas e práticas, com carga horária, duração total e prazos de integralização.

O currículo em sua totalidade pleno corresponde às disciplinas decorrentes das matérias do currículo, estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação ou previsto na legislação específica, todas obrigatórias, habilitando à obtenção do diploma.

Para todas as atividades de educação superior previstas, entende-se por:

- I. disciplina: um conjunto homogêneo e delimitado de conhecimentos ou técnicas correspondendo a um programa de estudos e atividades que se desenvolvem em determinado número de horas/aula, distribuídas ao longo do semestre letivo;
- II. composição curricular: o conjunto de duas ou mais disciplinas integrantes obrigatórias para integralização do curso. Assim definido no currículo ou programa;
- III. disciplinas obrigatórias: as que são desdobradas de matérias constantes das diretrizes curriculares fixadas em lei, e outras estabelecidas no currículo ou programa como necessárias à formação profissional do aluno;
- IV. disciplinas optativas: as que são de livre escolha do aluno dentro de um elenco estabelecido no currículo ou programa, visando à sua especialização em algum aspecto de sua formação profissional ou acadêmica.

O ensino das disciplinas poderá ser ministrado por meio de aulas teóricas e práticas, seminários, discussões em grupo, estudos dirigidos, trabalhos de pesquisa e quaisquer outras estratégias pedagógicas adequadas às atividades.

O Plano de Ensino de cada disciplina, contendo: objetivo do estudo, conteúdo, metodologia, plano de avaliação, cronograma de atividades, e referencia será elaborado pelo respectivo professor ou grupo de professores e aprovado pelo órgão competente.

- Verificada a inadequação do Plano de Ensino, caberá ao professor ou ao órgão competente propor sua alteração;
- O programa de cada disciplina, sob a forma de plano de ensino, é elaborado pelo respectivo professor e aprovado pela Coordenação;
- A duração da hora/aula é de uma hora;

- É obrigatório o cumprimento integral do conteúdo e carga horária estabelecidos no plano de ensino de cada disciplina;
 - As disciplinas comuns, que seguirem programas idênticos, poderão ser ministradas em conjunto a alunos dos diversos cursos da Faculdade de Capim Grosso.
- A integralização curricular é feita pelo sistema seriado semestral.

Papel do Professor e Aluno no Processo Ensino-Aprendizagem

Não há possibilidade de se isentar o professor do compromisso com a totalidade do processo pedagógico, mas esse compromisso deve ser compartilhado com os educandos, na dialética do ensinar/aprender.

A relação professor aluno deve ser de parceiros na produção e reconstrução do conhecimento. Essa prática contribui para o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos, uma vez que o conhecimento é uma realidade dinâmica e como tal, deve ser questionado e analisado numa relação interpretativa entre sujeito conhecedor e o objeto do conhecimento.

Papel do Professor no Processo Ensino e Aprendizagem

Ao abordar a participação dos alunos no processo de ensino, Giroux (1986), propõe que as formas de transmissão do conhecimento sejam substituídas por relações de sala de aula onde os estudantes possam desafiar a forma e o conteúdo do processo de ensino-aprendizagem.

É propósito desta instituição efetivar a “pedagogia da pergunta” incentivando seus educandos para o questionamento e análise crítica de tudo que o cerca, sendo o professor o mediador nesse processo.

A desapropriação do saber na relação docente-discente implica em superação da concepção e prática de nada mais do que “dar e receber aulas”, o que perde totalmente o sentido numa proposta que tem a interdisciplinaridade e o produzir inequívoco opcionalmente empreendido como procedimento. A assunção desta práxis educativa pressupõe promoção de reciprocidade e afetividade entre educador e educando, ambos sujeitos do processo e portanto responsáveis pelo processo de mudança. Pressupõe ainda o alcance da cientificização do método para instrumentalizar a produção, o que na FCG dar-se-á por meio da pesquisa, que se substanciará na participação comprometida com a coletividade. Tal participação implica em autoconhecimento e conhecimento crítico da realidade tanto pelo

professor pesquisador quanto pelo educando pesquisador, ambos responsáveis nesse processo de construção.

Papel do Aluno

A decretação do fim da modernidade, para alguns teóricos, justifica a proposição de um novo paradigma para se compreender a sociedade na contemporaneidade. Por esse paradigma, a sociedade se apresenta como um “mosaico” flexível, fluido e dinâmico, exigindo mudanças nas práticas epistemológicas e institucionais da escolarização.

As instituições de ensino superior devem trabalhar na perspectiva de preparar os acadêmicos para atuarem consciente e competentemente nesta sociedade. Para tanto devem primar pela formação de um sujeito integral que se envolva com a coletividade de modo produtivo e opcional, contribuindo efetivamente para a construção de uma nova realidade por meio da pesquisa e intervenção conscientes na sociedade.

O aluno da Faculdade Capim Grosso - FCG deverá buscar permanentemente aprimoramento e atualização, relacionando dialeticamente teoria e prática. Deve aprender a questionar, discordar, argumentar, sugerir, propor alternativas e possibilidades. Para tanto este aluno deve ser instrumentalizado para a conscientização acerca da realidade que irá enfrentar no mercado de trabalho, ao reconhecimento do seu real papel, para que saiba trabalhar em grupo, principalmente a área profissional a ser desenvolvida.

Relação do Conhecimento entre Professor e Aluno

A prática pedagógica é por natureza política enquanto prática que contribui para a constituição da própria individualidade dos educandos. Neste sentido, o professor deve lidar com o conhecimento como algo problematizável, como um fenômeno historicamente condicionado e socialmente construído, a partir de uma prática reflexiva, questionando-se sobre o que ensina, para que ensina e como ensina.

Da mesma forma, a relação do aluno com o conhecimento não se dará de forma passiva. Ao contrário, ela será desafiadora, questionadora, reflexiva e de permanente troca de ideias e vivências.

Núcleo de Prática Interdisciplinar - NUPI

O Núcleo de Prática Interdisciplinar - NUPI da FCG tem o propósito de criar novas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional para que os alunos de todos os cursos possam adquirir de maneira mais profunda conhecimentos sobre atribuições da profissão através da práxis e também desenvolver espírito humanitário.

Assim, o NUPI iniciou sua atuação desenvolvendo projetos de intervenção que tenham como objetivo a formação do ser humano e seu processo de construção de profissional cidadão, em conformidade com os valores éticos, comprometido com o contexto social.

6. POLÍTICAS DE PESQUISA E POLÍTICAS DE EXTENSÃO

Para atingir seus objetivos educacionais, a FCG, em articulação com o corpo docente, desenvolve uma série de eventos abertos ao corpo discente e à comunidade, em que a integração entre ensino, iniciação científica e extensão será amplamente discutida.

Pelo ensino, a FCG atende à população pela oferta regular de cursos e programas de educação superior voltados para a formação do cidadão e do profissional com competência técnica e política. A Iniciação Científica possibilitará ao saber acadêmico à articulação com os vários setores da sociedade, identificando aquilo que deve ser pesquisado, suas finalidades e interesses, e como os novos conhecimentos podem participar da dinâmica das transformações sociais.

As atividades de iniciação científica são aquelas relacionadas à produção de conhecimentos científicos básicos, aplicados e tecnológicos. Os projetos serão coordenados por professores com experiência acadêmica e em pesquisa, podendo contar com professores colaboradores externos.

Uma das prerrogativas da FCG visando à produção científica é a adoção do trabalho de conclusão de curso (TCC) com monografia e artigos, precedida de um projeto de pesquisa, com orientação de professores e apresentação oral perante banca examinadora.

Tendo em vista a relevância acadêmica e a ênfase na formação inicial, progressiva e continuada, pautando-se pela relevância social, as atividades de extensão têm como objetivo atender às demandas sociais, estudos, realização de projetos de natureza científica, técnica, educacional, social e cultural, possibilitando a iniciativa de integração de diversos setores da sociedade. Essas atividades são

desenvolvidas sob a forma de eventos culturais, cursos e serviços de programas específicos.

A FCG desenvolve atividades extensionistas e agrega valores à tradicional maneira de prestar serviços, difundindo a cultura (eventos e toda uma vasta gama de realizações artísticas ou culturais) e disseminando conhecimentos (cursos, seminários, palestras, conferências), conferindo aos atores da faculdade (docentes e discentes) a tarefa de disseminar seus conhecimentos junto à comunidade (nela produzindo novas leituras do seu cenário) e dela retirar subsídios, inspirações e adequações educacionais voltados para encontrar soluções, num movimento de fluxo e refluxo realimentador do processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade.

A Faculdade Capim Grosso desenvolve atividades de extensão articuladas com o ensino e a iniciação a pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar relações transformadoras entre esta IES e a sociedade, por meio de processo educativo, cultural, científico e desportivo.

Extensão

A Faculdade Capim Grosso implantou o Núcleo de Iniciação a Pesquisa, Pós graduação e Extensão – NIPPE, espaço gerido por uma coordenação com a responsabilidade sob todas as atividades desenvolvidas, das quais destacamos cursos e eventos:

- O Mercado de Trabalho na Contemporaneidade;
- Cultura e história afro-brasileira;
- Libras;
- Jornadas pedagógicas (destinada aos docentes da FCG);
- Jornada Transdisciplinar;
- Simpósio de integração Acadêmica (evento anual com temas diversos);
- Cine debate;
- Eventos específicos das áreas dos cursos: Serviço Social; Pedagogia; Administração; Ciências Contábeis; Engenharia de Produção;
- Apresentação de trabalhos de alunos da FCG em outras IES.

- Projeto Vida Sustentável - Objetiva desenvolver ações que venham provocar às pessoas a refletir sobre o problema da degradação do meio ambiental, a fim de que mudem comportamentos e atitudes em prol da preservação da vida na terra.

Outras ações de extensão realizadas:

- Promoção da integração dos trabalhos acadêmicos que contribuam para a análise das questões de interesse local, que interfiram na realidade do município e região, no sentido de se fazer levantamentos e análises dos fenômenos sociais existentes de modo a promover capacitação, a reflexão e a proposição de leituras diversas que interfiram qualitativamente na vida dos indivíduos e da comunidade de modo que promovam a modificação de suas práticas.

- Realização de atividades acadêmicas (seminários, palestras, oficinas pedagógicas, grupos de estudos e discussão etc.), com a participação da comunidade, não apenas como espectadora, mas, na medida das possibilidades, como co-participe. A exemplo da *Jornada Transdisciplinar*, que sofreu mudança na forma do Projeto para Simpósio de Integração Acadêmica, evento realizado todos os anos com o envolvimento de todos os docentes e discentes de todos os cursos, organizado por uma comissão composta por coordenadores de curso, professores e pelo menos um discente representante de cada curso. A Jornada Transdisciplinar, atualmente chamado de Simpósio de Integração Acadêmica, a cada ano aborda uma nova temática provocativa que seja de relevância não apenas para a comunidade acadêmica como para a sociedade. Outros eventos são periodicamente desenvolvidos internamente no cotidiano dos cursos, tais como a semana do Pedagogo; a semana do Administrador a semana do Contador e a semana do Assistente Social e outros eventos como: Palestras e Mesa de debate que trazem abordagens de grande interesse para a sociedade em geral.

Os cursos de extensão são supervisionados pela Coordenação de Cursos, a partir do plano específico aprovado e homologado pelo Colegiado de Cursos.

Art. 56. Os cursos de extensão serão oferecidos ao público em geral, com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo, ou não, ser

desenvolvidos em nível superior, de acordo com o conteúdo que assumam em cada situação.

7. POLÍTICAS DE GESTÃO

Uma gestão democrática tem que estar atenta às mudanças aceleradas, à incerteza de rumos, à substituição de valores, à ausência de limites, à violência, à falta de segurança, às barreiras e aos conflitos interpessoais, enfim, atenta à falta de preparo da faculdade para lidar com tantos e novos problemas.

Tudo isso traz para a gestão acadêmica e geral da faculdade situações desafiadoras na sua função social de formar o cidadão criativo, competente, crítico e ético, exigindo dos gestores da faculdade espírito de liderança, competência e sensibilidade para dar concretude às políticas educacionais e administrativas.

Estudos recentes mostram que a qualidade da educação oferecida está relacionada, principalmente, ao modo como as faculdades são dirigidas. A abertura de espaços para reflexões estudos e decisões coletivas fortalece a instituição e reduzem os conflitos. Decisões coletivas geram: maior envolvimento, maior compromisso, menos conflitos, maior integração, maior satisfação no exercício das funções docentes e discentes, e, especialmente, um clima prazeroso e acolhedor no relacionamento interpessoal.

Assim, a FCG pretende atuar frente às novas demandas do conhecimento através da ampliação de suas formas de atuação na sociedade, criando condições para o desenvolvimento das potencialidades de todos os sujeitos para compreender a realidade cultural, social, política e econômica do país com possibilidades à crítica e produção de conhecimentos, à intervenção ética e à inserção cidadã dos futuros profissionais na sociedade. Para tal missão, a FCG deverá privilegiar alguns princípios básicos:

- a) Institucionalizar uma estrutura que possibilite uma gestão colegiada, através de um processo deliberativo democrático com competência para garantir sua autonomia acadêmica, política, administrativa e financeira, possibilitando a construção de uma faculdade participativa e plural.
- b) Implementar um projeto político-pedagógico que possibilite o alcance da missão da FCG e que atenda às especificidades de cada área do conhecimento. A operacionalização desse projeto ocorre através da integração de elementos que compõem a estrutura organizacional da instituição, quais sejam: direção, órgãos

colegiados, coordenações de cursos e os núcleos.

- c) Nivelar as atividades-fim em uma estrutura que integre as ações de ensino, iniciação científica e extensão em núcleos, incorporando os conhecimentos socializados no ensino às atividades de iniciação científica e às ações comunitárias.
- d) Aprimorar o sistema de planejamento acadêmico, assumindo-o como um processo dinâmico, flexível, possível de ajustes quando necessário, como, por exemplo, a conciliar o regime tradicional de ensino (qualidade de conhecimento) como regime de ensino baseado em competências (qualidades profissionais).
- e) Estabelecer uma relação adequada entre atividades-fim e atividades-meio (de natureza burocrático-administrativa), desburocratizando os serviços, de modo que os professores tenham condições favoráveis (recursos tecnológicos, humanos, ambientais e materiais) para organização e difusão de atividades de ensino, iniciação científica e extensão.
- f) Desenvolver uma política integrada de formação continuada para docentes, apoiando as diversas áreas na criação de espaços para reflexão permanente e contínua sobre o próprio fazer, estimulando avaliações internas de suas atividades pedagógicas.
- g) Integrar as áreas de ensino com as demandas sociais, viabilizando novos processos educacionais de ensino presencial e a distância.
- h) Desenvolver um trabalho com ênfase no coletivo e na convivência humana, com base, por exemplo, na representação de professores, funcionários e estudantes nos órgãos colegiados da FCG.
- i) Estimular e programar atividades que intensifiquem o envolvimento e a corresponsabilidade dos alunos, ampliando o processo de ensino e aprendizagem.
- j) Estimular maior articulação com as sociedades científica e tecnológica.
- k) Favorecer as relações da FCG com o Estado e com a sociedade civil.

Para tanto, a FCG terá que dar uma formação que garanta ao egresso uma capacidade de criar, em cooperação com os demais, uma ordem social na qual todos possam viver com dignidade, a partir de um projeto de sociedade como um todo, caracterizando-se pelo desenvolvimento de determinadas competências mínimas que, no caso específico da educação superior, pressupõem:

- a) A construção de um profissional competente (dotado de uma ampla visão técnico-científica), com uma visão da complexidade do mundo contemporâneo, apto

a trabalhar em equipe multiprofissional (visão sociopolítica) com o desenvolvimento da tecnologia como condição de melhoria da qualidade da vida humana.

b) A implementação de planejamentos integrados participativos, que incorporem a discussão das diretrizes curriculares estabelecidas pelos docentes, discentes, técnicos administrativos.

c) A implantação de novas estratégias de ensino que levem em conta os projetos pedagógicos de cursos da FCG; a incorporação da interdisciplinaridade como uma premissa básica e como pressuposto da inclusão de diversos conhecimentos e da prática do ensino integrado, que exige uma reformulação da atuação docente e discente.

Para desenvolver tais competências, a instituição deve mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) a fim de solucionar uma série de situações encontradas no mundo contemporâneo, tais como o trabalho em equipe e o envolvimento dos alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; organização do currículo baseado nas competências essenciais do profissional a ser formado; a necessidade de manter atualizadas as novas metodologias de ensino e programar práticas pedagógicas eficientes. Tais competências pretendem nortear a participação produtiva e a inserção social do ser humano no mundo do trabalho, com a formação de um sujeito com capacidade de compreender e atuar no seu entorno social, analisando, sintetizando e interpretando dados, fatos e situações, além de perceber criticamente os meios de comunicações e saber localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada com vistas a planejar, de forma integrada e com responsabilidade ético-solidária, ações que tragam soluções para as problemáticas identificadas.

As ações da FCG baseiam-se nos princípios norteadores da instituição, que são fundados:

- a) Na qualidade do nosso fazer educacional.
- b) Na regionalidade da nossa ação institucional.
- c) Na interação contínua e integrada com a comunidade.
- d) Na comunicação permanente dos resultados alcançados.

A promoção da qualidade do fazer educacional passa, necessariamente, pela oferta de professores profissionalmente experientes, capazes de trazer a realidade para a sala de aula e competentes para levar o egresso ao convívio harmônico e produtivo com a realidade do Estado da Bahia. Ancora-se, também, na iniciação

científica (atividades investigativas), na extensão (atividades significativas e comunitárias) e nos processos de aprendizagem (atividades cognitivas) e não pode prescindir da permanente apropriação e adequada utilização da tecnologia educacional, no ensino presencial e no ensino pela via digital.

Embora a formação acadêmica tenha caráter universal e o profissional formado tenha caráter nacional, é indispensável fazer o atrelamento da ação acadêmica da FCG aos aspectos da regionalidade, de modo a produzir e oferecer ações e programas que respondam e correspondam às efetivas demandas locais, tornando-os adequados, e por isso mesmo eficaz no desenvolvimento do estado da Bahia.

Para tornar-se um pólo de difusão de ideias e conhecimentos, uma referência na região, a FCG fará articulações com as organizações governamentais e não governamentais locais, promovendo com elas o estudo da realidade e propondo as inovações necessárias, sem perder jamais suas oportunidades de participação, por perceber que somente assim alcançará a indispensável interação, contínua e integrada, com a comunidade na qual se insere, influi e é influenciada.

Não basta realizar o planejado nem alcançar as metas propostas e os resultados almejados; à obra deve corresponder igual e competente comunicação, interna e externa, sob pena de não se alcançar visibilidade institucional, a prova concreta da escola como o equipamento de maior relevo da sociedade.

Esses princípios fundamentam o modelo organizacional da FCG e devem estar permanentemente presentes na comunidade acadêmica, permeando todas as suas ações diretas e indiretas.

Na organização e no desenvolvimento de suas atividades a Faculdade de Capim Grosso defenderá e respeitará os princípios de:

- I. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- II. indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- III. universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade;
- IV. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- V. garantia de padrão de qualidade e eficiência;
- VI. orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VII. democratização da educação no que concerne à gestão e à socialização de seus benefícios;

- VIII. democracia e desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e sócio-econômico do País;
- IX. igualdade de condições para o acesso e permanência na Faculdade de Capim Grosso;
- X. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XI. defesa dos direitos humanos, paz e de preservação do meio ambiente.
- A Faculdade de Capim Grosso exerce sua administração por meio dos seguintes órgãos: deliberativo e normativo, executivos, apoio e suplementares.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Compreendendo a Responsabilidade social como uma forma voluntária com posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo, a FCG cumpre a responsabilidade social através de projetos educativos, fortalecendo a concepção de que ações desta natureza contribuem para a formação, emancipação e enriquecimento intelectual do graduando, a partir da sensibilidade para as questões de interesse coletivo.

Ações desenvolvidas e participação em programas sociais:

- Projeto Jovem Cidadão - Preparação para o Mundo do Trabalho;
- Programa Universidade para Todos – PROUNI;
- Programa de Financiamento Estudantil – FIES;
- Desconto por parentesco;
- Parcerias com empresas e escolas;
- Programa Mais Universitário-PMU;
- Núcleo de Práticas Interdisciplinares-NUPI
- Vestibular solidário: campanhas com finalidade de angariar suprimentos para doação a comunidade carente;
- Apoio aos alunos que desejam participar de eventos acadêmicos em outras IES/Cidades/Estados e/ou visitas técnicas;
- Bolsas de Graduação e Pós Graduação para alunos de Classes sociais menos favorecidas;

O Projeto Jovem Cidadão tem como finalidade integrar as ações da academia à comunidade local, na perspectiva de atender às necessidades de

capacitação profissional dos jovens de Capim Grosso e região, aprimorando o domínio de competências e habilidades básicas para o mundo do trabalho, além de reforçar os valores de responsabilidade social e formação profissional humanística. O projeto está vinculado especialmente ao Curso de Administração, mas se ampliou com participação dos outros cursos da FCG. Os envolvidos na realização do projeto são os alunos que atuam como facilitadores do processo, sendo capacitados e orientados por docentes especialistas na área de conhecimento.

O curso é realizado de forma modular com aulas aos sábados, ou no decorrer da semana, nas instalações da FACULDADE CAPIM GROSSO ou nas instalações de escolas parceiras, com temática e carga horária de acordo com a realidade do público. Toda organização do curso é antecipadamente analisado e organizado pela FCG e escola parceira. É composto por módulos com abordagens que podem variar, mas que são sempre voltadas a capacitação dos jovens para melhor prepará-los para o mercado de trabalho. Entre as temáticas trabalhadas estão:

- Matemática e linguagem oral e escrita
- Cidadania
- Aprendizagem Administrativa
- Relações Humanas
- Sexualidade
- Informática
- Empreendedorismo
- Desenvolvimento Profissional

A IES com o intuito fortalecer as relações com a comunidade interna e externa também desenvolve seus projetos em parcerias com outras instituições locais, buscando divulgar suas ações e manter o corpo docente e discente integrados aos acontecimentos contemporâneos.

A Instituição se faz presente nas feiras de negócios e promove palestras para discutir temas de interesse coletivo, contribuindo para o desenvolvimento da região. Oferece também:

- PAE - Programa de Amparo ao Estudante - tem como objetivo proporcionar ao aluno condições para estudar podendo pagar durante o curso 50% da sua

mensalidade e o outro 50% após a conclusão do curso em parcelas com o mesmo período. Um dos principais diferenciais deste programa oferecido pela FCG- Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso é que não exige burocracias, e o aluno tem até 4 anos, dependendo do curso, após a conclusão para pagar;

- O Plano Empresa – É um Programa de parceria com Empresas, sendo um programa de ação afirmativa que se propõe a apoiar pessoas, que têm enfrentado barreiras sociais em sua vida escolar, com impossibilidade desse graduar em nível superior nas áreas de interesse. Este programa da FCG tem como objetivo conceder um desconto especial para o aluno encaminhado por empresas parceiras, desse graduar em nível superior nas áreas de interesse. Este programa da FCG tem como objetivo conceder um desconto especial para o aluno encaminhado por empresas parceiras. O desconto se mantém durante quase todo período do curso escolhido.
- Programa Mais Universitário – tem como objetivo possibilitar a qualificação profissional a jovens egressos do ensino médio da rede pública ou privada, do Município de Capim Grosso e cidades vizinhas, tendo em vista melhor prepará-los para o Mercado de Trabalho. O programa disponibiliza bolsas de 50% e conta com parcerias de empresas e prefeituras.

Desse modo, a FCG oferece várias possibilidades para quem não dispõe de muitos recursos para custear o curso escolhido.

Cooperação, relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas.

Desde sua criação a FCG, vem promovendo a interação entre ensino, iniciação a pesquisa e extensão, e a integração com a sociedade, através de ações estratégicas como:

- Incentivo e direcionamento dos alunos às atividades de extensão dentro de sua área e em áreas afins, com projetos de pesquisa, estágios, atividades complementares para melhor formação acadêmica;
- Desenvolvimento de projetos educativos direcionados à comunidade em parceria com instituições governamentais e não-governamentais, como, por exemplo, cursos de alfabetização de jovens e adultos, montagem e funcionamento de brinquedotecas, bibliotecas infantis, etc.;

- Desenvolvimento de projetos de extensão, envolvendo os corpos docente e discente da instituição voltado para o atendimento de necessidades da comunidade, como por exemplo, capacitação e treinamento de profissionais atuantes na área de educação;
- Desenvolvimento de projetos de extensão universitária envolvendo os corpos docente e discente voltados para a integração entre cursos oferecidos em outras instituições;

9. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

9.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

Tabela 1 - Programação de abertura de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo)

Nome do curso	Habilitação	Modalidade	Nº de alunos por turma	Nº turmas anual	Ano
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Presencial	50	2	Até 2018
Engenharia Mecânica	Bacharelado	Presencial	50	2	Até 2019
Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial	50	2	Até 2019
Enfermagem	Bacharelado	Presencial	50	2	Até 2019
Tecnólogo em Mineração	Tecnólogo	Presencial	50	2	Até 2019
História	Licenciatura	Presencial	50	2	Até 2019
Letras	Licenciatura	Presencial	50	2	Até 2019
Agronomia	Bacharelado	Presencial	50	2	Até 2020
Biologia	Bacharelado	Presencial	50	2	Até 2020
Geografia	Licenciatura	Presencial	50	2	Até 2020
Matemática	Licenciatura	Presencial	50	2	Até 2020
Educ. Física	bacharelado	Presencial	50	2	Até 2021
Biomedicina	bacharelado	Presencial	50	2	Até 2021
Tec. Em Banco de dados	Tecnólogo	Presencial	50	2	Até 2022
Farmácia	bacharelado	Presencial	50	2	Até 2022
Odontologia	Bacharelado	Presencial	50	2	Até 2022
Fisioterapia	bacharelado	Presencial	50	2	Até 2023
Fonoaudiologia	bacharelado	Presencial	50	2	Até 2023
Nutrição	bacharelado	Presencial	50	2	Até 2023

Tabela 2 - Programação de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

Curso	Nº de turmas anuais	Nº alunos por turmas
-------	---------------------	----------------------

Psicopedagogia	04	50
Gestão de Pessoas	04	50
Educação Infantil	04	50
Coordenação e Gestão Escolar	04	50
Educação Especial e Inclusiva	04	50
Currículo, Formação do professor e Relações Étnico Raciais	04	50
Projetos Sociais	04	50
Gestão e Educação Ambiental	04	50
Gestão pública	04	50
Linguística e Literatura	02	50
Gestão Empresarial	02	50
Gestão de Pessoas	02	50
Engenharia de segurança do Trabalho	01	50
Gestão de Projetos	01	50

Tabela 3 - Programação de abertura de cursos em EAD

Nome do curso	Habilitação	Modalidade	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Ano
Pedagogia	Licenciatura	EAD	50	1	Até 2019
Administração	Bacharelado	EAD	50	1	Até 2019
Ciências Contábeis	Bacharelado	EAD	50	1	Até 2019
Serviço Social	Bacharelado	EAD	50	1	Até 2020
Geografia	Bacharelado	EAD	50	1	Até 2020
História	Bacharelado	EAD	50	1	Até 2021
Letras	Bacharelado	EAD	50	1	Até 2021

Tabela 4 - Programação de Programas de Iniciação a Pesquisa

Área	Curso	Quantidade de bolsas	Nº de alunos	Nº de Professores	Ano
Desenvolvimento Regional	Administração/ Pedagogia / Contabilidade	10	10	2	Até 2019
Educação	Pedagogia	10	10	2	Até 2019
Contabilidade Pública	Contabilidade	10	10	2	Até 2019
Questão social, direito social e serviço social	Serviço Social	10	10	2	Até 2019
Gestão de Desenvolvimento de Produto	Engenharia de Produção	10	10	2	Até 2019

10. PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, ESTABELECIDOS OS CRITÉRIOS GERAIS PARA A DEFINIÇÃO DE:

10.1 Perfil de egresso

Entendendo que as competências e as habilidades demonstram um conjunto de saberes, conhecimentos provenientes de várias instâncias tais como, da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas).

A qualificação real constitui-se mais no “saber-ser” do que no “saber-fazer”. Esta forma de qualificação é consolidada em todos os cursos da FCG, através da articulação dos vários saberes oriundos de diferentes esferas, como por exemplo, formais, teóricos, práticos e tácitos para ajudar o egresso a resolver problemas e enfrentar situações de imprevisibilidade, incerteza e instabilidade.

Os cursos, por meio do desenvolvimento do conjunto de saberes e conhecimentos ministrados, desenvolvem as competências de:

- Pensar criticamente, resolver problemas e tomar decisões, com disposição para assumir riscos e propor soluções criativas;
- Discernir entre as melhores informações disponíveis, com autonomia para dar continuidade, ao longo de toda vida, ao seu processo de aprendizado;
- Trabalhar com efetividade na sociedade, dentro de uma comunidade global, respeitando e valorizando as diferentes culturas;
- Adquirir uma base da cultura geral, superando a formação profissional para o exercício da cidadania e da solidariedade, seja individualmente, seja coletivamente, assumindo sua responsabilidade social, como egresso do ensino superior;
- Trabalhar em equipe, respeitando e valorizando os diferentes pontos de vista, beneficiando-se deles e colaborando para a integração das diferenças em prol de um bem-estar coletivo sempre em construção;
- Colaborar na construção do saber e na difusão do conhecimento às comunidades científicas e leigas, contribuindo com os cidadãos nos seus direitos de acesso e uso da informação;
- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar;

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

Enfim, visando atingir o perfil profissional desejado, todos os cursos orientam suas ações a fim de que os graduandos possam desenvolver um conjunto de competências, entendidas como capacidades intelectuais, culturais, éticas e políticas.

Para atender a estas perspectivas a FCG elaborar seus projetos de curso de acordo com as Diretrizes Curriculares de cada um, em que existem competências e habilidades que são norteadoras no processo de formação do profissional.

11. SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E CURRÍCULO

Foram organizados os conteúdos dos cursos em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor abriguem a visão orgânica do conhecimento e o diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber.

Como princípios de orientação curricular expressos na LDB e presentes nos cursos da FCG, identidade, diversidade e autonomia, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade abrigam uma visão do conhecimento e das formas de tratá-lo para ensinar e aprender os conteúdos curriculares como forma de se evitar novas dualidades ou reforçar as já existentes.

O artigo 26 da LDB buscou preservar a autonomia da proposta pedagógica para contextualizar os conteúdos curriculares de acordo com as características regionais, locais e a vida dos alunos. Assim entendida, a contextualização pode ser a forma de organizar a parte diversificada do currículo, sem criar divórcio ou dualidade entre elas e a base nacional expressa por campos de conhecimento, de tal forma que estamos a considerar que a FCG se enquadra sobremaneira com a nova legislação.

Entendemos requerer um currículo que responda a estes desafios:

- desbastar o currículo enciclopédico, congestionado de informações, priorizando conhecimentos e competências;
- adotar estratégias de ensino diversificadas que mobilizem menos a memória e mais o raciocínio e outras competências cognitivas superiores, bem como potencializem a interação entre aluno-professor e aluno-aluno para a construção de conhecimentos coletivos;

- organizar os conteúdos do curso em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor abriguem a visão orgânica do conhecimento e o diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber;
- tratar os conteúdos de modo contextualizado, por meio do aproveitamento das relações dos conteúdos e dos contextos com o intuito de dar significado e utilidade ao aprendizado;
- lidar com os sentimentos associados às situações de aprendizagem para facilitar a relação do aluno com o conhecimento.

Por meio desta leitura, a formação básica a ser buscada deverá ser realizada mais pela constituição de competências, habilidades e disposições de condutas e quantidades de informações. Isso representa aprender a aprender, a pensar, a relacionar o conhecimento com dados da experiência cotidiana, a dar significado ao aprendido e a captar o significado do mundo, a fazer a ponte entre a teoria e a prática, a fundamentar a crítica, a argumentar com base em fatos, a lidar com o sentimento que a aprendizagem desperta.

Desta forma, consideramos que na construção do seu currículo obedeceu aos princípios pedagógicos da identidade, diversidade e a autonomia, da interdisciplinaridade, da contextualização e da flexibilidade.

A interdisciplinaridade é considerada presente quando a organização do currículo vai além da mera justaposição de disciplinas. É necessário considerar também que o disponibilizado em cada disciplina está a manter um diálogo permanente com outros conhecimentos das outras disciplinas. Um diálogo que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos.

No que tange a contextualização, o conhecimento é transposto da situação em que foi criado, inventado ou produzido para a realidade teórico-prática da sala de aula. Por causa desta transposição didática, deve ser relacionado com a prática ou com a experiência do aluno a fim de adquirir significado e utilidade. A relação teoria/prática encontra na IES a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania. As propostas pedagógicas dos cursos mostram, assim, que a cidadania não é dever e nem privilégio de uma área específica do currículo como não deve ficar restrita a um projeto determinado. Exercícios de cidadania são

colocados a cada momento de aplicação prática das disciplinas por meio da convivência cotidiana.

Consideramos, também, que a flexibilidade está presente nas propostas curriculares como forma de um currículo aberto e congestionado de informações a cada momento de sua aplicabilidade. A Faculdade elaborou, assim, um currículo que permita aos alunos aproveitarem os estudos independentes, ou seja, os não ministrados em sala de aula.

Como princípios de orientação curricular expressos na LDB e presentes nos seus cursos, identidade, diversidade e autonomia, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade abrigam uma visão do conhecimento e das formas de tratá-lo para ensinar e aprender os conteúdos curriculares como forma de se evitar novas dualidades ou reforçar as já existentes.

Tudo até então mencionado se aplica às bases nacionais comuns e diversificada, já que, numa perspectiva de organização, integração e contextualização do conhecimento, não faz sentido estarem elas dissociadas.

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No último semestre letivo do curso, os alunos deverão escrever individualmente ou em dupla um trabalho (Produto, Objeto, monografia ou artigo), fruto de pesquisa científica desenvolvida sob a orientação de um professor da instituição.

Além de apresentar o TCC escrito, cada aluno ou dupla de aluno deverá proceder à defesa do mesmo em sessão pública, diante de uma banca de três professores, assim composta: o professor-orientador da monografia/artigo, um membro do corpo docente da instituição, um professor convidado.

Existe na FCG um regulamento geral de TCC norteando os regulamentos de cada curso em que normatiza todos os procedimentos relacionados aos Trabalhos de Conclusão de Curso.

13. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS, PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Reza a nova legislação que as Instituições de Ensino Superior deverão adotar práticas pedagógicas e métodos de ensino-aprendizagem que tragam inovação em

prol da melhoria da qualidade do curso/habilitação como um todo. Além do caráter inovador, as mesmas também deverão ser diversificadas.

A apropriação do perfil que contemple a vocação da região em que se encontra localizado o curso em relação ao perfil brasileiro requer a superação da pedagogia tecnicista tradicional. A implementação da formação profissional implementada de forma inovadora pela IES do “saber fazer” envolve a incorporação de uma pedagogia, fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho, para que o curso de graduação em Pedagogia possa a cada momento:

- a) Contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar a todos um ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade;
- b) Demonstrar que o processo de aquisição de conhecimento deve ser compreendido como decorrência das trocas que o graduando estabelece na interação com o meio natural, social, e cultural, cabendo ao professor exercer a mediação desse processo e articular essas trocas, tendo em vista a assimilação crítica e ativa de conteúdos significativos, vivos e atualizados;
- c) Utilizar métodos de ensino fundamentados nos princípios da psicologia cognitiva, que privilegie a atividade e iniciativa dos graduandos. Os métodos de ensino utilizados, além de propiciar o diálogo, respeitar os interesses e os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo dos graduandos, devem favorecer a autonomia e a transferência de aprendizagem, visando, não apenas ao aprender a fazer, mas, sobretudo, ao aprender a aprender”;
- d) Assegurar ao corpo docente a autonomia e o controle de seu próprio processo de trabalho;
- e) Utilizar uma abordagem que privilegie a sua dimensão crítica e criativa. O resgate da dimensão humana do trabalho é uma opção na medida em que possibilita a intervenção consciente no processo produtivo, fortalecendo o exercício da cidadania;
- f) Adotar procedimentos que visem a problematização dos assuntos tratados e à assimilação ativa de conhecimentos;
- g) Criar condições para o desenvolvimento das capacidades de abstração e reflexão sobre a atividade realizada;

h) Ajudar o aluno a incrementar o próprio processo de aprender, a ter controle sobre sua capacidade de processar informações.

Avaliação de desempenho discente – A IES adotará formas alternativas de avaliação que favoreçam o desenvolvimento inter e multidisciplinar e verificará a cada semestre o rendimento processual do discente não de forma isolada, mas conjunta.

Entre essas formas, de escolha livre, a critério do professor, sugerimos os seguintes instrumentos: provas objetivas ou subjetivas, seminários acadêmicos, projetos, trabalhos e/ou relatórios de pesquisa, elaboração de artigos, resenhas, ensaios monográficos, monografias, portfólios.

Além disso, anualmente, a IES realizará, no mínimo, uma avaliação conjunta dos conhecimentos ministrados para reforçar e consolidar a integração dos conhecimentos, bem como para incrementar a comunicação horizontal entre os pares.

Estrutura Geral dos Cursos: Organização Curricular – A Faculdade deverá respeitar os princípios de valor, como por exemplo, o fortalecimento dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca; formação de valores; aprimoramento como pessoa humana; formação ética e exercício da cidadania quando da elaboração do currículo.

A IES poderá adotar estrutura curricular semestral, aproveitamento de créditos e pré-requisitos. Independente do tipo de estrutura curricular e do regime acadêmico adotado pela Faculdade, a organização curricular do curso deve ser orientada por alguns pressupostos:

- visão orgânica do conhecimento, afinada com as mutações que estão acontecendo a cada dia; disposição para perseguir esta visão, por meio do tratamento dos conteúdos com as situações de aprendizagem, de modo a destacar as múltiplas interações entre as disciplinas do currículo;
- abertura e sensibilidade para identificar as relações que existem entre os conteúdos do curso e das situações de aprendizagem com os muitos contextos de vida social e pessoal, de modo a estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento e a desenvolver a capacidade de relacionar o aprendido com o observado, a teoria e suas conseqüências e aplicações práticas;

- reconhecimento e aceitação de que o conhecimento é uma construção coletiva e que a aprendizagem mobiliza afetos, emoções e relações com seus pares, além das cognições e habilidades intelectuais.

14. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação se constitui em três unidades ficando a cargo do professor, do coordenador e do apoio docente elaborar metodologias de avaliação a depender das especificidades de cada disciplina, mas tendo ao menos uma avaliação escrita individual. A avaliação deverá ser contínua e processual. O aluno precisará de média 7 (sete) para ser aprovado.

No processo de avaliação da aprendizagem, busca-se averiguar os conhecimentos construídos, mas também habilidades, atitudes e valores, através do uso de instrumentos de diversas naturezas, incluídos de avaliação individual, garantindo, sempre que necessário processos de recuperação. Adota-se ainda, formas alternativas de avaliação que favoreçam o desenvolvimento inter e transdisciplinar e verificará a cada semestre o rendimento processual do discente não de forma isolada, mas conjunta. Assim, os docentes do curso deverão estabelecer critérios de avaliação explícitos a serem discutidos com os discentes, a fim de que eles tenham uma referência de como serão avaliados, para melhor orientar seus estudos, bem como terem conhecimento dos aspectos mais relevantes a serem levados em conta para a sua formação, em cada momento do curso.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), admitindo-se apenas frações de 0,5 (cinco décimos). Atendida em qualquer caso, a frequência mínima de 75% às aulas e demais atividades, em cada disciplina, é aprovado o aluno obtiver média de aproveitamento igual ou superior a 7 (sete), correspondendo à média aritmética das notas das verificações realizadas durante o curso. Vai para exame final o aluno que obtiver média semestral inferior a sete (7,0), e não inferior a três (3,0). Para aprovação no exame final o aluno deve alcançar média final ponderada igual ou superior a 5 (cinco), como resultado da soma da média aritmética de curso multiplicada por 6 (peso seis) com a nota obtida no exame final multiplicado por 4 (peso quatro), dividido por 10 (soma dos pesos).

Além da verificação do desempenho acadêmico, a IES utiliza um sistema de acompanhamento do rendimento dos discentes ao longo do curso com o intuito de descobrir as razões do baixo desempenho, ou seja, se este é decorrente do perfil do aluno, do professor ou do curso como um todo, dentre outros aspectos. Para tanto, o Colegiado do Curso designará um (ou mais) professor (es) por turma, que apresentarão relatórios periódicos sobre essas questões. Outra forma de acompanhamento é o atendimento psicopedagógico onde é possível obter uma melhor meio de diagnosticar possíveis razões de baixo desempenho.

(O regimento consta mais detalhes do processo de avaliação).

15. ATIVIDADE PRÁTICA PROFISSIONAL, COMPLEMENTARES E DE ESTÁGIOS

Estágio Supervisionado

O propósito da Faculdade, através do Estágio Supervisionado que integra todos os seus cursos e o insere no quadro curricular como prática obrigatória, será o de construir um meio eficaz para a consecução de atividades práticas que possibilite, simultaneamente:

- A avaliação do aluno em relação aos conhecimentos adquiridos em sala de aula;
- Ajudar na assimilação dos conteúdos teóricos;
- A capacitação para o futuro exercício da profissão;
- A materialização da pesquisa acadêmica;
- As práticas de extensão através de atendimento continuado à população, fazendo com que a instituição cumpra com sua função social;
- O respeito aos critérios legais de excelência acadêmica.

O estágio é entendido como um componente curricular que integra um conjunto de atividades que o aluno desenvolve em situações reais de vida e de trabalho, sob a supervisão de um docente. Propicia a aproximação do futuro profissional com a realidade em que irá atuar, permitindo-lhe aplicar, ampliar e fazer revisões nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante sua vida acadêmica, contribuindo para sua aprendizagem profissional, social e cultural. Neste sentido, deve constituir-se num espaço privilegiado para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, as experiências vivenciadas pelo estagiário poderão se constituir em objeto de estudo, análise e reflexão,

transformando-se em temas ou problemas a serem desenvolvidos nos Trabalhos de Conclusão do Curso.

Atividades de Prática Profissional

As atividades de Prática Profissional estão asseguradas em todos os cursos propostos pela Faculdade, seja através do oferecimento do Estágio Curricular Obrigatório, das Atividades Complementares, seja através dos convênios firmados, como forma de assegurar a qualidade de seus cursos e a formação de seus futuros egressos.

A Faculdade possui professores do seu quadro docente para realizar o acompanhamento e orientação das atividades a serem desenvolvidas durante a prática profissional, como também destina espaço físico próprio de acordo com a especificidade dos cursos propostos, em especial as licenciaturas.

Os cursos de licenciatura incluirão obrigatoriamente prática de formação, estágio curricular e atividades acadêmico-científicas e culturais, na forma da legislação vigente, que serão oferecidos ao longo dos estudos, vedados a sua oferta exclusivamente ao final do curso.

A parte prática da formação desenvolvida em escolas de educação básica compreenderá a participação do estudante na preparação de aulas e no trabalho de classe em geral e o acompanhamento da proposta pedagógica da escola, incluindo a relação com a família dos alunos e a comunidade.

Os alunos que já exercem atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado, nos termos da legislação em vigor.

As atividades permanentes de prática profissional, articuladas com o ensino, estão ligadas mais ao conceito de laborabilidade do que empregabilidade, na medida em que essas competências contribuem para a formação do perfil de um trabalhador polivalente, que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir sua caminhada no mundo do trabalho.

16. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os Projetos Acadêmicos dos Cursos propostos pela IES, considerando a importância da existência de outras atividades acadêmicas na formação do

profissional, reserva de cinco a dez por cento de sua carga-horária para a realização de atividades complementares.

Compreende-se que tais atividades ampliam os conteúdos das disciplinas que integram o currículo em sentido estrito, permitindo de forma mais efetiva a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade necessárias ao novo profissional. A possibilidade de frequentar cursos, seminários e outros eventos viabiliza a comunicação entre as diversas áreas do conhecimento, cuja importância é evidente quando se deseja fazer uma leitura profissional não só no contexto global, mas, sobretudo, no contexto social. A proposta também permite ao discente a participação na formação do seu currículo, atendendo à crescente demanda do conhecimento no tempo de conclusão do curso.

São consideradas atividades complementares:

- Projetos e programas de pesquisa;
- Atividades em programas e projetos de extensão;
- Eventos técnico-científicos, (seminários, simpósios, conferências, congressos, jornadas e outros da mesma natureza);
- Monitorias em disciplinas do curso;
- Assistência à defesa de monografias, dissertações e teses;
- Participação discente em órgãos de representação colegiada e o aproveitamento em disciplinas que não integram o currículo pleno do curso em que está matriculado o discente;
- Disciplinas de outros cursos.

Ressalta-se que cada curso tem seu próprio Regulamento de Atividades Complementares.

17. INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

O caráter inovador que a Faculdade Capim Grosso pretende imprimir ao seu trabalho educacional está fundamentado em sua missão e no entendimento de que educar é: tratar todos de forma honesta, clara e aberta, contribuir para formar pessoas, fazendo-as “ser”, em plenitude;

Contribuir para que cada pessoa liberte-se do seu eu, para dedicar-se ao ideal de construir o “nós”, com responsabilidade social e ética;

Esse processo de educação inserir-se-á em uma sociedade em mudanças e propostas globalizadoras e formará profissionais ágeis, críticos, criativos, capazes de resolver problemas e antecipar crises. Porém, extrapolará sua tendência de valorizar o lucro, o consumismo em detrimento da cidadania e da melhor qualidade de vida para a população.

Neste sentido, formará profissionais, capazes de efetivar trabalho coletivo e organizado, no sentido de buscar alternativas para o resgate da valorização do ser humano e construção de uma maior qualidade para sua vida e da sociedade em geral.

Com esta perspectiva, propõe-se a uma passagem gradativa do ensino tradicional, centrado no professor, para uma proposta construtivista e sócio-política de educação, centrada no aluno em interação com grupo. Para tanto, imprime novas diretrizes ao seu curso e ao desempenho de seus docentes, discentes e técnicos.

Este perfil diferenciado é alcançado a partir de uma cuidadosa seleção dos docentes e do acompanhamento cotidiano de suas ações. O exemplo de competência, compromisso e retidão de caráter constitui-se no verdadeiro sustentáculo de uma ação educacional diferenciada, baseada em princípios sóciopolíticos, éticos e morais.

A Faculdade tem como desafio formar profissionais que correspondam às reais exigências da sociedade global e à dinâmica do novo milênio, tendo como meta consolidar o perfil proposto pela instituição a partir de:

- uma formação acadêmica que englobe cultura geral sólida, diversificada e preparo técnico e científico que habilite a atuar nas organizações em geral, ou na prestação de serviços;
- preparo humanístico e holístico que habilite à compreensão dos condicionantes econômicos, sociais, políticos e culturais que direcionam a vida em sociedade e à tomada de decisões em um mundo globalizado, interdependente, diversificado, em mudanças permanentes e rápidas;
- um processo de ensino que priorize a construção de conhecimentos e exercício de raciocínios mais complexos que extrapolem a simples memorização, desenvolvendo a capacidade, reflexiva e interativa, possibilitando a formação do profissional ágil, crítico, criativo, capaz de solucionar problemas, antecipar crises e liderar pessoas, e do qual necessita o mercado de trabalho de hoje e do futuro; domínio dos recursos da tecnologia;

- vivência de situações educativas relacionando de forma efetiva e competente teoria e prática organizacional, possibilitando o pensamento reflexivo, o julgamento, a argumentação visando ao desenvolvimento de todo o seu potencial;
- oportunidades para a formação de hábitos, habilidades, atitudes e valores que diferenciem e valorizem o profissional.

Assim, a cada aluno, considerado em sua globalidade, garantirá um processo de educação também global, abrangendo não só a construção de conhecimentos, com a aquisição de habilidades, hábitos e atitudes que orientem o seu desempenho pessoal, profissional e sócioeconômico e político, preparando-o para o exercício de suas responsabilidades éticas, cristãs e de cidadania. Nesse sentido desenvolverão processo que forme profissionais para as diferentes áreas e níveis envolvidos pelos cursos oferecidos, capazes de:

- promover a integração de todos e a maior participação de cada um, na busca da competência, da satisfação e qualidade do processo de formação profissional, em todos os seus níveis e aspectos; integrar organização com simpatia, liberdade com responsabilidade, eficiência, eficácia e efetividade profissionais com humanização;
- acreditar que o processo educativo não pode ser entendido como prerrogativa individual de professor, mas como processo coletivamente proposto, executado, acompanhado e permanentemente avaliado, no qual: a participação é o grande meio; a motivação o grande segredo; o diálogo e a negociação humanizada e respeitosa são as maiores técnicas de gerenciamento;
- estimular os alunos a vencer suas dificuldades usando, para isso, sua inteligência com gentileza e “humanidade”;
- desenvolver a dignidade e o respeito em todos os relacionamentos dentro da organização na qual atua e no seu relacionamento com a comunidade externa;
- crer, sem ser ingênuo, orientar sem ser hostil, confiar gerando confiança e desconfiar sem gerar ressentimentos;
- acreditar que existe sempre uma melhor e mais adequada forma de educar seus alunos como profissionais de áreas específicas especialmente os que apresentam dificuldades de aprendizagem e relacionamento, pesquisando incessantemente esta melhor performance, entendendo que seu aluno é um ser suscetível de aprendizagem aperfeiçoamento contínuos e permanentes;

resolver seus próprio conflitos e ajudar a administrar os conflitos de seus colaboradores e das organizações empresariais de diferentes ordens e níveis de atuação;

- tratar com a mesma dignidade e respeito as exigências dos seus superiores, a incompreensão de seus subordinados e pares;
- estimular, motivar e orientar seus colaboradores a uma ação de maior qualidade trabalhar com grandes e pequenos colaboradores na diversidade que os caracteriza, resistindo à tendência de exibir superioridade e reivindicar reconhecimento;
- entender sua responsabilidade como coadjuvante de um processo educativo de formação de profissionais para as áreas dos cursos oferecidos que, além de transcender a sua ação individualizada, possa ser direcionado a partir dos parâmetros de amor, bondade e fraternidade;
- ser humilde, sem ser subserviente, aceitando a função de educador de caráter, mais que de transmissor de conhecimentos e formador de habilidades e hábitos, mas cujos resultados repercutirão nas atitudes responsáveis e éticas de seus alunos, no cotidiano de suas vidas em seus diferentes níveis de abrangência: pessoa, cidadão, profissional;
- entender e fazer com que todos entendam que o processo de educar o ser humano e formar profissionais competentes, politizados e éticos é o grande centro direcionador do trabalho da instituição em todos os seus níveis e que, tudo mais dele é consequência;
- ser reconhecido como ponto de equilíbrio e bom senso, em meio a um contexto nem sempre equilibrado.

Esse processo de educação e formação de profissionais para as áreas abrangidas pelos cursos:

- formará profissionais capazes de efetivar trabalho coletivo e organizado, no sentido de buscar alternativas para o resgate da valorização do ser humano e construção de uma maior qualidade para sua vida e da sociedade em geral;
- desenvolverá processo de formação global, social, política e transcendental de seus alunos, ultrapassando a fragmentação do conhecimento, da cultura e das artes, valorizando situações coletivas, sócioconstrutivistas de ensino-aprendizagem, educação, desenvolvimento;

Além do caráter inovador de sua proposta para a formação de profissionais diferenciados, a faculdade inovará também na flexibilidade que proporão para os componentes curriculares dos cursos que oferece.

18. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

É proposta da FACULDADE CAPIM GROSSO, que até 20% da carga horária dos cursos desenvolvidos sejam cumpridos à distância. Para isso utiliza-se de modernos recursos de informática e multimídia que possibilita a efetividade e acompanhamento destas atividades.

19. AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Para implementar a qualidade de seus cursos a FACULDADE CAPIM GROSSO garante aos seus alunos equipamentos atualizados, especialmente:

- Laboratórios de Informática equipado com computadores mais modernos conectados em rede de Internet;
- Laboratórios específicos equipados (química física e desenho);
- Data show;
- Caixas de som;

20. CORPO DOCENTE

REQUISITOS

Para o ingresso na classe de professor especialista são requisitos mínimos:

- Possuir título de pós-graduação lato-sensu;
- Aprovação em Processo seletivo próprio.

Para o ingresso ou promoção para a classe de professor mestre, são requisitos mínimos:

- Possuir título de mestre na área de atuação ou área afim;
- Aprovação em Processo seletivo próprio.

Para o ingresso ou promoção para a classe de professor doutor, são requisitos mínimos:

- Possuir título de doutor na área de atuação ou área afim;

Aprovação em Processo seletivo próprio.

Para habilitar-se ao processo seletivo interno de que tratam as seções anteriores deste capítulo, como mecanismo de promoção na carreira, o funcionário deverá:

- Ser portador de titulação acadêmica exigida pelo cargo pretendido;
- Ter disponibilidade de tempo para ministrar aulas ou exercer as atividades relacionadas à pesquisa ou extensão pretendidas.

As regras do processo seletivo de que trata este artigo serão estabelecidas em regulamento específico aprovado pela Direção Geral.

A progressão entre os níveis de uma mesma categoria ocorrerá após o cumprimento, pelo docente, do interstício mínimo de três anos no nível respectivo e pela acumulação de pontos definidos em conformidade com este Plano.

A definição da pontuação para fins de enquadramento, promoção e progressão será elaborado por uma comissão especial nomeada pela Diretoria Geral, cujo plano deverá ser aprovado pela Mantenedora e normatizado por Resolução específica.

Para fins de pontuação deve ser considerado o seguinte:

- Para a escolaridade/titulação, será considerado o título de maior valor;
- Os pontos referentes ao efetivo exercício na administração universitária serão automaticamente registrados nos assentamentos do funcionário, ao final de cada ano de experiência.
- A solicitação de pontuação por produção científica deverá ser encaminhada pelo interessado, com a devida comprovação, para a Diretoria de Administração da Instituição, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano.

A contagem da pontuação prevista neste artigo para fins de progressão dar-se-á automaticamente, por ato do Diretor Administrativo-Financeiro, divulgado semestralmente.

20.1 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE:

A expansão do corpo técnico-administrativo estará relacionada à expansão da faculdade. Até 2022, final de vigência do PDI em curso, a instituição contará com a maioria dos funcionários graduados, especialistas e pelo menos um com mestrado/doutorado. A Biblioteca contará com mais dois assistentes e os laboratórios dispõe de corpo técnico especializado. A secretaria acadêmica foi ampliada e conta com uma secretária acadêmica e funcionário atendendo a cada curso, podendo ser admitido mais à medida que houver oferecimento de novos

cursos e aumento de turmas. Para atendimento ao público acadêmico foi criado o setor de protocolo, ao lado da secretária acadêmica, onde existe um funcionário devidamente treinado para esta função. Até 2018 pretende-se ampliar o espaço do protocolo e o número de atendentes a visando melhor conforto, agilidade e comodidade aos atendidos.

Estimativa de Quadro de Professores, por titulação – 2018-2022

Titulação	2018	2019	2020	2021	2022
Especialista	11	12	13	15	15
Mestre	13	15	17	20	20
Doutor	03	04	05	06	06
TOTAL:	27	31	35	41	41

20.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PROFESSORES:

Conforme exigências legais, o corpo docente da FCG – Faculdade de Ciências Capim Grosso é constituído por profissionais com titulação acadêmica de especialistas, mestres e/ou doutores, segundo a área correlata à atividade docente.

Os candidatos ao ingresso no quadro de pessoal docente da FCG serão selecionados segundo a forma e critérios estabelecidos no Plano de Cargos, Salários e Carreira Docente.

A titulação exigida deverá ser a área correlata à atividade docente pretendida, bem como reconhecida ou revalidada nos termos da legislação em vigor.

Para o ingresso de professores especialistas serão exigidos: aprovação em processo seletivo específico; o título de especialista reconhecido ou revalidado nos termos da legislação em vigor e experiência docente no magistério superior de um ano.

Para o ingresso de professores mestres serão exigidos: aprovação em processo seletivo específico; o título de mestre reconhecido ou revalidado nos termos da legislação em vigor e experiência docente no magistério superior de um ano.

Para o ingresso de professores doutores serão exigidos: aprovação em processo seletivo específico; o título de doutor reconhecido ou revalidado nos termos da legislação em vigor e experiência docente no magistério superior de um ano.

Os candidatos para docentes da FCG são indicados por professores e pela Coordenação do curso para o processo seletivo. Depois de selecionados são

encaminhados à Direção Geral, que emitirá parecer e encaminhará, se favorável, a Mantenedora para contratação, segundo o regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho e na forma prevista no Plano de Cargos, Salários e Carreira Docente, aprovado pelo Conselho Superior da Faculdade.

O processo seletivo de docentes, de caráter classificatório, é de responsabilidade da Coordenação do Curso e estará condicionado à existência de vaga e possui as seguintes especificidades:

- I- professor especialista – prova de títulos; prova escrita específica e aula pública; sendo critério de desempate o maior tempo de experiência no magistério superior;
- II- professor mestre - prova de títulos; prova escrita específica e aula pública; sendo critério de desempate o maior tempo de experiência no magistério superior;
- III- professor doutor - prova de títulos; prova escrita específica e sessão pública de defesa do trabalho científico com memorial descritivo; sendo critério de desempate o maior tempo de experiência no magistério superior;

O processo seletivo será instaurado por iniciativa da Coordenação do curso, e divulgado por Edital, no qual serão discriminados: a data, hora e local das respectivas provas; a matéria; o número de vagas; a exigência quanto à titulação; os resultados mínimos que o candidato deverá alcançar; o nível de enquadramento no Plano de Cargos, Salários e Carreira Docente; os documentos necessários; às exigências em relação ao cargo.

A carreira docente da FCG é acessível a todos os profissionais que satisfaçam os requisitos estabelecidos no Plano de Cargos, Salários e Carreira Docente.

O processo seletivo será realizado por uma comissão ou banca examinadora constituída por 03 (três) docentes, indicados pelo Coordenador do curso da respectiva vaga, sendo admitida a indicação de professores doutores vinculados a outras instituições.

Os processos de contratação dos candidatos selecionados para ingresso no quadro de docentes instituído pelo Plano de Cargos, Salários e Carreira Docente, serão encaminhados pela Coordenação do curso, juntamente com a documentação comprobatória e com a proposta de contratação, à Direção Geral, que emitirá parecer e encaminhará à Entidade Mantenedora, para contratação.

O docente só iniciará suas atividades na FCG após a formalização do seu contrato de trabalho.

20.3 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

A FCG encontra na capacitação de seus recursos humanos um instrumento fundamental para a consecução de suas finalidades e metas.

As ações de qualificação docente da FCG têm o cuidado em conciliar os interesses institucionais, as legítimas aspirações pessoais, os recursos disponíveis e o potencial individual de cada postulante, de modo a promover a justa distribuição de oportunidades de acesso ao aprimoramento profissional.

A POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gerência da FCG, por meio de cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) e de treinamento e atualização profissional, oportunizando aos seus docentes condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A Faculdade oferece aos seus professores os seguintes incentivos, além dos previstos no Plano de Carreira:

- Ajudas de custo para os cursos de doutorado, mestrado e aperfeiçoamento profissional em instituições brasileiras devidamente reconhecidas pelo MEC e CAPES;
- Concessão de bolsas a recém graduados, para os cursos de pós-graduação (lato sensu), como incentivo para o ingresso na carreira de magistério da FCG, tendo preferência os ex-monitores e os alunos que se destacaram com melhores notas na graduação;
- Concessão de auxílio para que os docentes e funcionários participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim;
- Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de pessoal docente ou técnico-administrativo;
- Desconto progressivo na mensalidade dos cursos para cônjuges e filhos dos docentes de acordo com o tempo de serviço (a cada ano trabalhado na IES, direito a 10% de desconto na mensalidade);

Os docentes e funcionários da FCG podem se inscrever, de acordo com os seguintes critérios nos cursos:

- Nos programas de doutorado, terão prioridade os que possuem, no mínimo, o título de mestrado, em nível de pós-graduação;
- Nos programas de mestrado, terão prioridade os que sejam portadores de certificados de cursos de especialização, em nível de pós-graduação;
- Nos cursos de especialização, os que possuam a graduação e tenham certificado de monitoria;
- Nos cursos de treinamento ou de atualização profissional, os que estejam atuando na área do curso ou que tenham pretensões de promoção para essa área.

A partir do ano de 2012 os egressos da Instituição com certificado de monitoria ou iniciação científica passaram a ter prioridade nos processos de recrutamento e seleção para o quadro docente.

O Plano de Qualificação Docente será administrado pelo Setor de Recursos Humanos juntamente com a Coordenação do curso.

Os programas serão previamente aprovados pelos Colegiados dos Cursos, na forma regimental, e serão executados pela coordenadoria do curso, de acordo com a proposta aprovada.

Caberá ao setor responsável pelo Plano de Qualificação Docente:

- Gerenciar todas as atividades de apoio administrativo e financeiro aos cursos e aos seus participantes;
- Elaborar relatórios periódicos sobre o funcionamento dos programas;
- Submeter à diretoria as propostas de recrutamento, seleção, admissão e dispensa de fatores humanos para os programas, bem como alocação dos demais recursos necessários a cada curso ou atividade;
- Presidir a comissão encarregada de selecionar os candidatos para os programas, segundo os critérios estabelecidos neste plano e nas demais normas expedidas pelos órgãos próprios da Faculdade;
- Submeter à diretoria os assuntos omissos, para decisão superior.

A Coordenação do Curso, os Colegiados dos Cursos, o Conselho Superior e os órgãos executivos da FCG exercerão suas atribuições e competências de acordo com as leis e demais normas aplicáveis, aprovados pelos órgãos competentes, nos casos não regulamentados nesta Política.

Os programas de pós-graduação, graduação e de treinamento profissional, incluídos no Plano de Qualificação Docente, serão financiados com recursos

próprios da mantenedora, e por recursos alocados por terceiros, notadamente a CAPES.

Os orçamentos anuais ou plurianuais da FCG destinarão recursos suficientes para a execução do Plano de Qualificação Docente.

A Faculdade, anualmente, aprovará as ações e metas do Plano de Qualificação Docente para o ano letivo seguinte, bem como sua articulação com os planos similares de instituições congêneres e de organismos de financiamento da pós-graduação e da pesquisa.

Plano de Carreira

O plano de carreira da Instituição se constitui do conjunto de cargos estruturados de acordo com as atividades e competências profissionais afins, em relação à natureza do trabalho ou à aplicação dos conhecimentos necessários ao desempenho destes, e das condições de movimentação do ocupante destes cargos na estrutura geral das carreiras.

O plano de carreira da Instituição tem por objetivos:

- Disponibilizar para a administração da Instituição as carreiras compatíveis com a necessidade de recursos humanos;
- Permitir que através das possibilidades de ascensão profissional, os funcionários da Instituição possam maximizar suas habilidades e comportamentos e atingir seus objetivos de vida;
- Assegurar que a política de formação e desenvolvimento de carreira seja transparente, justa e dinâmica, reconhecendo e valorizando os profissionais da Instituição;
- Garantir que a administração da Instituição possa utilizar o desenvolvimento da carreira como um instrumento efetivo de administração integrada.

Entende-se por **ascensão ou promoção** a passagem do funcionário para um cargo de maior complexidade e de maior remuneração.

Entende-se por **progressão** a passagem de um nível para outro, dentro do mesmo cargo em que o funcionário esteja enquadrado, oportunizando aumento de remuneração.

A carreira dos funcionários da Instituição será constituída por categorias e níveis. **Categoria** é a divisão da carreira que, fundamentada na escolaridade, titulação acadêmica, agrupa atividades/competências, responsabilidades,

qualificação profissional e experiências. **Níveis** são as subdivisões de uma mesma categoria que determinam a progressão do funcionário, em conformidade com os artigos 35 e 36 do Plano de Cargos e Salários.

A carreira do magistério superior da Instituição será estruturada nas seguintes categorias e níveis:

- Professor Especialista Níveis A, B, C e D;
- Professor Mestre Níveis A, B, C, D e E;
- Professor Doutor Níveis A, B, C, D, E e F.

O número de vagas nas categorias acima será determinado pelos Cursos, em conjunto com a Diretoria Geral, de acordo com a necessidade institucional.

Regime de Trabalho

O regime de trabalho dos docentes da FCG é previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, pela qual se regem todos os respectivos contratos.

Os docentes da IES são contratados como professores de ensino superior, em um dos seguintes regimes de trabalho:

I – tempo integral - O regime de tempo integral será de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, no desempenho de atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e institucional.

II – tempo parcial - O regime de tempo parcial é aquele cuja carga horária semanal de trabalho é igual ou superior a 12 horas, nelas reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.

III – horista - O docente horista é aquele contratado pela instituição exclusivamente para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadrem nos regimes de trabalho estabelecidos acima.

Qualquer que seja o regime de trabalho o professor pode, a seu pedido ou por necessidade fundamentada da FCG, mudar para outro regime, respeitando as normas jurídicas aplicáveis.

O exercício de atividades de pesquisa, incluídas as de laboratório, extensão, gestão acadêmica e institucional estará vinculado aos interesses da FCG.

Além dos casos previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho, o ocupante de qualquer cargo na Instituição poderá afastar-se de suas funções, com direitos e vantagens estabelecidos neste documento, devidamente autorizados pelo Diretor Geral e aprovados pela Mantenedora, conforme o caso, para:

- Atender a interesses administrativos ou de representatividade da Instituição;
- Quando docente, exercer cargo administrativo na Instituição;
- Capacitar-se em cursos de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu;
- Participar de congressos e outros eventos de caráter científico, técnico ou artístico, relacionados com sua atividade na Instituição, desde que não haja prejuízo destas.

20.4 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS PROFESSORES DO QUADRO

Ocorrendo o afastamento do docente a Coordenação do curso terá a responsabilidade de fazer a substituição por outro docente da Instituição que possui a qualificação para assumir as atividades docentes ou fazer a abertura de um edital para seleção de professor substituto em prazo emergencial.

21. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

O Corpo Técnico-Administrativo da FACULDADE CAPIM GROSSO é constituído por todos os servidores não docentes que tem a seu cargo os serviços necessários ao bom funcionamento da Faculdade, sendo disciplinado pelo Plano de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo.

A idoneidade profissional e pessoal são condições fundamentais para o ingresso e permanência no quadro de funcionários da Faculdade. A contratação do Técnico-Administrativo é feita pela Entidade Mantenedora, nos termos das normas regimentais, e de acordo com a legislação trabalhista, por encaminhamento do Diretor da Faculdade.

Uma vaga no Quadro de Carreira poderá ocorrer na implantação de um novo órgão de apoio, departamento ou setor, ou pela necessidade de substituição de um Técnico-Administrativo. A abertura de vaga dará lugar à seleção e ao recrutamento, por meio de um processo seletivo interno, regulamentado pelo Plano de Carreira.

22. POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

A Faculdade zela pela manutenção de padrões e condições de trabalho, condizentes com a natureza de instituição educacional, bem como por oferecer

oportunidade de capacitação e aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários.

O plano de carreira do corpo técnico-administrativo detalha as formas de ingresso, regime de trabalho, bem como remuneração, promoção afastamento, desenvolvimento profissional, direitos e deveres, de forma a propiciar a implantação segura das funções de ensino, pesquisa e extensão previstas.

O quadro do corpo técnico-administrativo da instituição é constituído por cargos, detalhados no PLANO DE CARREIRA.

O Programa de Educação Continuada beneficia o corpo administrativo. A capacitação dos recursos humanos da Instituição é uma ação institucionalizada e o Programa foi elaborado visando a aplicação e a consolidação desta política, tendo a qualificação continuada como meta fundamental, editado por meio de Portaria, assinada pelo Presidente da Mantenedora, à disposição na Instituição.

**CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO,
CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI:**

Titulação	2018	2019	2020	2021	2022
Ensino Médio	10	12	14	16	20
Graduação	04	05	06	07	10
Especialista	09	10	11	12	15
Mestre	01	02	03	04	05
Doutor	01	02	03	03	04

23. CORPO DISCENTE FORMAS DE ACESSO

O acesso a todos os cursos de graduação da Faculdade Capim Grosso é feito mediante Processo Seletivo, obedecendo-se, em sua aplicação, as normas contidas na legislação vigente, observada a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliados em provas, na forma disciplinada pelo Conselho Superior.

A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite das vagas fixadas, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pela Faculdade.

A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

Na hipótese de restarem vagas poderá realizar-se novo processo seletivo, ou nelas poderão ser matriculados portadores de diploma de graduação, conforme legislação vigente.

No limite das vagas existentes e mediante processo seletivo, a faculdade aceitará transferências de alunos provenientes de cursos idênticos ou afins, ministrados por estabelecimentos de ensino superior, nacional ou estrangeiro, devidamente regulamentado pelo MEC, na época prevista no calendário acadêmico. As transferências ex-officio dar-se-ão na forma da lei.

23.1 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

23.1.1 Apoio Pedagógico

A Direção e as Coordenações dos cursos da Faculdade Capim Grosso são os órgãos responsáveis pelo apoio pedagógico ao discente, por meio de: atendimento individual e coletivo, nos horários disponíveis, com o objetivo de orientá-los no processo de aprendizagem.

- reunião com os representantes de sala a fim de discutir e solucionar os problemas que porventura existirem, deliberar sobre suas questões acadêmicas e pedagógicas;
- visitas às salas de aula para discussão sobre o andamento do curso, comunicações importantes dentre outras;
- divulgação de eventos culturais e pedagógicos relacionados à área de interesse do curso.

23.1.2 Apoio à Participação em Eventos

A Faculdade assume como política institucional de apoiar os alunos para que participem de eventos que possam contribuir para a atualização e aperfeiçoamento de sua formação. Este apoio é realizado na forma de facilitador de transporte aos

alunos para eventos, visitas, dentre outros, além de incentivos para publicação de artigos científicos, elaboração de jornais e murais didático-pedagógicos, congressos, seminários, encontros e outras atividades voltadas para a formação mais adequada e atual dos alunos.

23.1.3 Apoio Financeiro

São oferecidas bolsas a alunos carentes e com bom desempenho escolar para que possam continuar seus estudos com dignidade. É política institucional oferecer aos alunos bolsa na forma de percentual de desconto nas mensalidades, de até 50%, podendo ter a contrapartida de prestação de serviço social voluntário.

A instituição mantém os sistemas de financiamento (FIES e PROUNI). Fora isso, baseados em critérios específicos, a instituição disponibiliza bolsa de estudos, integral ou parcial (meia bolsa). Também mantém bolsas de estudos para funcionário que estudam na instituição. E ainda parcerias com empresas e entidades com descontos especiais que varia de 30 a 50%.

24. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA DO ALUNO (PROGRAMA DE NIVELAMENTO, ATENDIMENTO PSICO-PEDAGÓGICO)

A instituição mantém uma organização para atendimento psico-pedagógico através de uma equipe multifuncional, formada por Psicopedagoga e Psicóloga que acolhem os estudantes mediante iniciativa do próprio estudante ou indicação da coordenação ou do professor.

A IES realiza nivelamento que auxilia todos os cursos. Existe o nivelamento de língua portuguesa em função dos problemas que os estudantes apresentam no processo educacional. No primeiro semestre existe uma disciplina Língua Portuguesa que indica a necessidade de um trabalho de aprofundamento. Dentro do possível, procura-se conciliar com um atendimento psicopedagógico, a depender do caso específico. Além disso, é ofertado, gratuitamente, curso de língua portuguesa e matemática, durante o semestre ou nos intervalos de um semestre para outro.

24.1 Implantação do Núcleo de Atendimento Pedagógico Discente - NAPED

O Núcleo de Atendimento Pedagógico Discente - NAPED foi implantado na Faculdade Capim Grosso-FCG a partir de janeiro ano de 2017 com o objetivo principal de prestar apoio pedagógico aos discentes, coordenações dos cursos e direção da FCG, com acompanhamento dos atendimentos psicopedagógicos aos

discentes e docentes, em conformidade com as diversas atividades desenvolvidas nos cursos da Instituição, contribuindo para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, bem como auxiliar na interação entre a comunidade acadêmica e a realidade social. Também visa: desenvolver dinâmicas psicopedagógicas a partir de atendimentos e avaliações individuais e coletivas aos discentes e docentes; realizar intervenções quando necessária no processo educativo, a fim de promover à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem; contribuir com a formação integral, o desenvolvimento humano da comunidade acadêmica da FCG. Enfim, o NAPED mantém comunicação constante com os coordenadores de cursos, alunos, professores, diretoria acadêmica e geral visando acompanhamento permanente dos processos de ensino e aprendizagem com o intuito de promover ações em busca de melhorias de qualidade dos processos educativos na FCG.

O Núcleo de Atendimento Pedagógico Discente - NAPED busca oferecer alguns instrumentos de apoio ao aluno, entre eles, direcionado ao ato de estudar e aos processos de construção e aquisição de conhecimentos.

A metodologia principal do NAPED é a atuação preventiva, detectando necessidades de encaminhamento para orientações emocionais, profissionalizada, através de atendimento psicopedagógico, e quando necessário encaminhamento do discente ao atendimento de nivelamento ou outras situações.

O NAPED conta com uma equipe inteiramente envolvida com o processo de ensino e aprendizagem: Uma psicopedagoga e uma ouvidora, além de ser coordenado por uma profissional pedagoga com especialização em Psicopedagogia, a qual desenvolve, conjuntamente com as outras profissionais, atividades de apoio contínuo a todo o corpo, docente, discente e técnico da FCG, atuando em comunicação permanente com os coordenadores de cursos e a direção acadêmica e geral.

Existe previsão de aumentar a equipe de trabalho deste espaço, a partir da implantação de mais cursos e aumento de número de alunos.

A FCG, acreditando que a educação inclusiva deve ser igualitária e diferenciada, inseriu dentro do NAPED o Programa de atendimento ao acadêmico com necessidades especiais-PROANE que tem como principal objetivo zelar pelo cumprimento da legislação vigente, lei de diretrizes e Bases Nº9.394/96, nos artigos e incisos que se referem ao atendimento do aluno com deficiência, regularmente matriculado em instituições de ensino.

Neste sentido, além do PROANE a FCG formalizou o Regulamento de Atendimento ao Aluno com Transtorno do Espectro Autista – TEA, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, com a finalidade de garantir proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ACADÊMICO COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O Programa de atendimento ao acadêmico com necessidades especiais tem como principal objetivo zelar pelo cumprimento da legislação vigente, lei de diretrizes e Bases Nº 9.394/96, em todos os seus títulos, capítulos, artigos e incisos que se referem ao atendimento do aluno com deficiência, regularmente matriculado em instituições de ensino.

A Faculdade Capim Grosso-FCG sentiu a necessária de implantar este programa no intuito de, havendo alunos com necessidades especiais matriculados na IES, inseri-los e integrá-los oportunizando-os a alcançar avanços significativos na sua vida na sociedade. O Programa de Atendimento ao Acadêmico com Necessidades Especiais, o qual podemos chamar de PROANE, se propõe a incluir e integrar na comunidade acadêmica alunos que apresentam condições especiais, bem como fornecer subsídios para a permanência deles com excelente aproveitamento das atividades desenvolvidas no ambiente acadêmico.

A Instituição, através do NAPED – Núcleo de Apoio Pedagógico e NIPPE – Núcleo de Iniciação a Pesquisa, Pós graduação e Extensão, poderá ainda, oferecer cursos de formação permanente ou continuada de recursos humanos em educação especial para professores, coordenadores e corpo técnico da FCG, a fim de que estes estejam melhores preparados para atendimento a este público, como também criar formas de reforço para os discentes em condições de dificuldades especiais.

Para operacionalização desse programa, direção, professores, funcionários e alunos em geral deverão se apresentar como agentes desta causa, que é certamente um grande passo para a consolidação desta instituição como uma instituição que investe e se preocupa com o crescimento e com a melhoria da qualidade de vida da região e principalmente a construção de plena cidadania. Sabe-se que o alunado da Educação Especial é constituído por educandos que requerem recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. São genericamente chamados de pessoas com necessidades especiais, mas podem ser

classificadas como pessoas: com deficiência (visual, auditiva, mental, física e múltipla); com condutas típicas (problemas de conduta decorrentes de síndromes de quadros psicológicos e neurológicos que acarretam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social) e com altas habilidades (com notável desempenho e elevada potencialidade em aspectos acadêmicos, intelectuais), ou muitos outros tipos de necessidade, que podem não ser aparentes mas que também podem precisar de apoio diferenciado ou recursos especializados.

Neste sentido, além do PROANE a FCG formalizou o Regulamento de Atendimento ao Aluno com Transtorno do Espectro Autista – TEA, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, com a finalidade de garantir proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Esta proposta de trabalho da FCG centra-se numa visão de educação que “... investe nos indivíduos, no sentido de torná-los cidadãos, e na sociedade, no sentido de torná-la cada vez mais democrática, impõe resistências a sua própria democratização e conseqüentemente à universalização da cidadania...”

Nesse contexto, preocupa-se em assegurar aos alunos em geral e, em especial aos alunos com deficiência, condições de buscar melhor qualidade de vida, de aprendizagem, de profissionalização e futuramente de inserção no mercado de trabalho. Conhecendo a Lei Nº 9.394/96, que prevê direitos ao portador de necessidades educativas especiais e ainda a portaria Nº 3.284/2003 que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, percebe-se a necessidade de elaborar programas desta natureza.

A FCG acredita que a educação inclusiva deve ser igualitária e diferenciada. Igualitária porque tem que oferecer a todos o que há de melhor, ainda que precise buscar as possibilidades necessárias para efetividade e alcance do objetivo maior que é o acesso de todos ao ensino, independente de suas peculiaridades. Cumpre a função de criar condições para que a alteridade do outro seja vista dentro de um prisma de igualdade. Ao mesmo tempo homens e mulheres, negros e brancos, de uma região ou outra são pessoas sujeitas ao processo de globalização e transformação de realidade.

Neste sentido, o respeito às diferenças tendo a igualdade como princípio básico, é uma forma de enriquecimento da instituição FCG. Ver o outro igual e

diferente ao mesmo tempo, apostar no potencial de profissionalização fará com que se desmistifiquem os tabus que marcam as diferenças entre as pessoas com deficiência e os ditos “normais”, é incluir estes alunos de modo superior no conjunto da cidadania.

Desta forma, este programa tem o papel extremamente relevante tanto para FCG quanto para a comunidade em geral, pois compartilha o processo Educacional da Instituição no sentido de ser motivar todo indivíduo a pesquisar, ensinar e aprender.

O programa tem como objetivos específicos:

- Buscar espaços para a formação continuada ou permanente dos profissionais envolvidos com o ensino do 3º grau no âmbito interno e externo à Faculdade, de modo a ampliar a compreensão relativa às necessidades educativas especiais dos alunos;
- Garantir elementos para uma formação profissional que seja adequada aos alunos que apresentam necessidades educativas especiais através de orientação, adequação e redimensionamento das disciplinas, ementas e grades curriculares dos cursos de graduação, fundamentando-se em referenciais teóricos e práticos em consonância com as propostas de educação inclusiva preconizadas pela UNESCO;
- Incluir os alunos que apresentam necessidades educativas especiais, na comunidade acadêmica, orientando no seu desenvolvimento educativo, psicossocial e profissional, construindo neles uma cidadania consciente, produtiva e participativa por meio de um modelo pedagógico apoiado por profissional competente na questão específica;
- Manter atualizado o cadastro de alunos que apresentam necessidades educativas especiais;
- Proporcionar ao aluno que apresenta necessidades educativas especiais, o ambiente físico necessário e uma educação de qualidade que atenda não apenas o mínimo, mas o máximo possível de necessidades.
- Aplicar o modelo de avaliação diferenciado, de acordo com a especificidade do caso.

25. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)

- Espaço do Diretório Acadêmico (DA);
- Espaço e recursos para empresa Junior;
- Espaço e recursos do escritório contábil;
- Espaço e recursos para Brinquedoteca;
- Espaço de laboratórios: Física, Química e Desenho;
- Quadra poliesportiva;
- Espaço para Produções culturais estudantis nos eventos anuais científicos
- Espaço de lazer;
- Cantina;
- Serviço de Xerox;
- Estacionamento privativo;
- Espaço de interação para expressão em escritas ou desenhos (paredes interativas);

26. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

Existe uma sistemática de acompanhamento de egresso, atrelado à oferta de educação continuada. A IES oferece cursos de pós-graduação e de extensão voltados para atualização e continuidade de estudos. Os cursos possuem um desconto de até 50% para alunos egressos.

Os egressos são sempre convidados a participar de todos os eventos promovidos na Instituição. Alguns deles participam com apresentação de trabalhos e de outras formas que os permite estarem envolvidos diretamente com a faculdade.

Há um Programa de Acompanhamento de Egressos implantado pela Faculdade, cujo objetivo é manter uma continuada avaliação da instituição, através do desempenho profissional dos ex-alunos. Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo ensino/aprendizagem elementos da realidade externa à faculdade, que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação. É solicitado ao egresso que preencha um Cadastro como requisito essencial, este formulário é apresentado no ato da entrega do diploma e/ou certificado de conclusão do curso.

27. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O Regimento Geral da FCG define claramente quais os órgãos deliberativos e de apoio às atividades acadêmicas, conforme segue:

Art. 3º. São órgãos da faculdade:

- I - Conselho Superior;
- II - Diretoria Geral;
- III - Diretoria Acadêmica;
- III – Instituto Superior de Educação - ISE;
- IV – Colegiado de Curso;
- V - Coordenadoria de Curso.

Art. 4º. O funcionamento dos órgãos deliberativos obedece às seguintes normas:

- I - as reuniões realizam-se no início e no final de cada semestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros do respectivo órgão;
- II - as reuniões realizam-se com a presença de metade mais um dos membros do respectivo órgão;
- III - as reuniões de caráter solene são públicas e realizam-se com qualquer número;
- IV - nas votações são observadas as seguintes regras:
 - a) as decisões são tomadas por maioria dos presentes;
 - b) as votações são feitas por aclamação ou por voto secreto, segundo decisão do plenário;
 - c) as decisões que envolvem direitos pessoais são tomadas mediante voto secreto;
 - d) o Presidente do colegiado participa da votação e no caso de empate, terá o voto de qualidade;
 - e) nenhum membro do colegiado pode participar de sessão em que se aprecie matéria de seu interesse particular;
 - f) cada membro do respectivo colegiado terá direito a apenas 1 (um) voto.
- V - da reunião de cada órgão é lavrada ata, que é lida e aprovada ao final da própria reunião ou início da reunião subsequente;
- VI - os membros dos órgãos, quando ausentes ou impedidos de comparecer às reuniões, são representados por seus substitutos;
- VII - as reuniões que não se realizarem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico, aprovado pelo Colegiado, são convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação, a pauta dos assuntos.

Art. 5º. É obrigatório e preferencial a qualquer outra atividade na Instituição o comparecimento dos membros dos órgãos deliberativos às reuniões de que façam parte.

Art. 6º. O Conselho Superior, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar, é constituído:

- I – pelo Diretor Geral, seu Presidente;
- II - Diretora Acadêmica;
- III – pelos Coordenadores de Curso;
- III – pelo Coordenador do Instituto Superior de Educação – ISE;
- IV – por 2 (dois) representantes dos professores;
- V – por 1 (um) representante da mantenedora, por ela indicado;
- VI – por 1 (um) representante do corpo discente, indicado na forma da legislação vigente;

§ 1º. Os representantes do corpo docente serão eleitos por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser renovado.

§ 2º. Os representantes da Mantenedora e do corpo discente terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser renovado.

Art. 7º. O Conselho Superior reúne-se ordinariamente duas vezes em cada ano civil, nos meses de março e dezembro, e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias por convocação do Diretor Geral, quando julgar necessário ou conveniente, ou por deliberação escrita que lhe for feita por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 8º. A convocação de todos os seus membros é feita pelo diretor mediante aviso expedido pela Secretaria Geral da Faculdade, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para início da sessão e, sempre que possível, com a "Ordem do Dia" da reunião.

Parágrafo Único - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o caput deste artigo, desde que todos os membros do Conselho Superior tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

Art. 9º. Todo membro do Conselho Superior tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 10. O Conselho Superior observará, em suas votações, as seguintes normas:

I - nos casos atinentes a pessoas, a votação é por estímulo secreto;

II - nos demais casos a votação é simbólica;

III - qualquer membro do Conselho pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;

IV - nenhum membro do Conselho deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;

V - não serão aceitos votos por procuração.

Art. 11. Compete ao Conselho Superior:

I - aprovar, na sua instância, o Regimento da Faculdade e suas alterações, submetendo-o à aprovação do Órgão Competente do Ministério da Educação;

II - aprovar o calendário acadêmico e o horário de funcionamento dos cursos da Faculdade;

III - aprovar o plano semestral de atividades e a proposta orçamentária da Faculdade, elaborados pelo Diretor Geral;

IV - deliberar sobre a criação, organização, modificação, suspensão ou extinção de cursos de graduação, pós-graduação e sequenciais, suas vagas, planos curriculares e questões sobre sua aplicabilidade, na forma da lei;

V - apurar responsabilidades do Diretor Geral e dos Coordenadores de Curso, quando, por omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não cumprimento da legislação do ensino ou deste Regimento;

VI - decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;

VII - apreciar o relatório semestral da Diretoria;

VIII - supervisionar todas as atividades acadêmicas desenvolvidas pela Faculdade;

IX - fixar as normas gerais e complementares, sobre processo seletivo de ingresso aos cursos de graduação, currículos, planos de ensino, programas de pesquisa e extensão, matrículas, transferências, adaptações, aproveitamento de estudos, avaliação escolar e de curso, planos de estudos especiais, e outros que se incluam no âmbito de suas competências;

X - decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;

XI - deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva e individual;

XII - apreciar atos do Diretor Geral, praticados *ad referendum* deste Colegiado;

XIII - praticar todos os demais atos de sua competência, como instância de recursos, segundo os dispositivos deste Regimento;

XIV - respeitar e executar as decisões do Conselho Nacional de Educação e demais órgãos do Ministério da Educação;

XV - exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e neste Regimento.

O órgão de apoio administrativo da Faculdade Capim Grosso - FCG é composto pela Secretaria Acadêmica.

Art. 32. A Secretaria Acadêmica é o órgão de apoio ao qual compete centralizar todo o movimento escolar e administrativo da Faculdade, dirigido por um Secretário Geral, sob a orientação do Diretor Acadêmico.

Parágrafo único. O Secretário Acadêmico terá sob sua guarda todos os livros de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros fixados por este Regimento e pela legislação vigente.

Art. 33. Compete ao Secretário Acadêmico:

I - chefiar a Secretaria fazendo a distribuição equitativa dos trabalhos aos seus auxiliares, para o bom andamento dos serviços;

II – comparecer, quando convocado, às reuniões dos colegiados, secretariando-as e lavrando as respectivas atas;

III - abrir e encerrar os termos referentes aos atos escolares, submetendo-os à assinatura do Diretor Geral;

IV - organizar os arquivos e prontuários dos alunos, de modo que se atenda, prontamente, a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos de interessados ou direção da Faculdade;

V - redigir editais de processo seletivo e elaborar as listas de chamadas para exames e matrículas;

VI - publicar, de acordo com este regimento, o quadro de notas de aproveitamento de provas, dos exames e a relação de faltas, para o conhecimento de todos os interessados;

VII - trazer atualizados os prontuários dos alunos e professores;

VIII - organizar as informações da direção da faculdade e exercer as demais funções que lhe forem confiadas.

Como reza o Regimento Geral da Faculdade, a Secretaria Acadêmica, órgão de apoio da Faculdade de Capim Grosso abrangerá todos os serviços de escrituração, arquivos, correspondência e expediente dos cursos.

A Secretaria Acadêmica é representada pelo Secretário(a), que é auxiliar direto da Diretoria Acadêmica e geral da Faculdade de Capim Grosso, no planejamento, na administração e na coordenação.

O Secretário(a) será substituído em seus impedimentos ou ausência por quem o Diretor Geral e/ou Acadêmico designar.

A Secretaria Acadêmica tem sob sua responsabilidade direta a guarda de livros e arquivos próprios aos assentamentos e registros pertinentes à vida acadêmica do alunado.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Os órgãos suplementares são compostos pela Biblioteca, pelo Laboratório de Informática e laboratórios específicos dos cursos e terão como função a coordenação e fomento de atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Os cargos correspondentes serão ocupados por indicação do Diretor Geral e aprovados pela Entidade Mantenedora e estão hierarquicamente subordinados à Direção Geral, salvo menção contrária, expressa em outro ato regimental.

BIBLIOTECA

Setor encarregado de disponibilizar para os alunos materiais de consulta, tais como: livros, periódicos, multimeios e afins, que deverá atender a consultas de fontes autorizadas das disciplinas dos cursos em funcionamento e às necessidades decorrentes das atividades de pesquisa.

A Biblioteca tem como responsável o Bibliotecário, indicado pela Direção Geral.

O Bibliotecário tem sob sua responsabilidade direta a guarda de livros, periódicos, multimeios e afins constantes no acervo da Biblioteca.

A Biblioteca exercerá a disciplina interna, consoante regulamento próprio, baixado pelo Diretor da Faculdade Capim Grosso.

A Faculdade dispõe de uma biblioteca especializada para uso do corpo docente, discente e demais membros da comunidade, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

A biblioteca, organizada de acordo com os princípios internacionalmente aceitos em biblioteconomia, rege-se por regulamento próprio.

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

Disponibiliza para os alunos o acesso a computadores, tendo nesses, programas instalados de informática didáticos, ligados à rede internet, para a realização de atividades estritamente acadêmicas.

O laboratório de informática exerce a disciplina interna, com regulamento próprio, baixado pelo Diretor da Faculdade de Capim Grosso.

Art. 36. Os laboratórios da Faculdade estão a cargo de um profissional técnico, especialista em Tecnologia da Informação, ao qual compete:

I - Acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas nos Laboratórios;

II – Representar os Laboratórios, quando solicitado;

III – Controlar a ocupação das dependências dos Laboratórios; e,

IV – Responsabilizar-se pelo uso adequado e conservação do patrimônio à sua disposição.

COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de curso é órgão deliberativo em matéria de natureza didático-científica, e consultivo em matéria administrativa e disciplinar.

Conforme Regimento Interno da FCG:

Art. 27. A coordenação didática de cada curso está a cargo de um Colegiado, constituído por docentes que ministram disciplinas de matérias distintas do currículo do curso, pelo coordenador do curso e um representante do corpo discente.

Parágrafo único. Os representantes docentes e o representante discente são indicados por seus pares para mandato de 1 (um) ano, com direito à recondução.

Art. 28. Compete ao Colegiado de Curso:

I - fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;

II - elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;

III - promover a avaliação do curso;

IV - decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;

V - colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

VI - exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

Art. 29. O Colegiado de curso é presidido por um Coordenador de Curso, designado pelo Diretor Geral, dentre os professores do curso.

Parágrafo único. Em suas faltas ou impedimentos, o Coordenador de Curso será substituído por professor de disciplina profissionalizante do curso, designado pelo Diretor Geral.

Art. 30. O Colegiado de curso reúne-se, no mínimo, 2 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador do Curso, ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos e serem tratados.

Existe na Instituição um Regulamento geral do Colegiado de curso.

28. RELAÇÕES ENTRE A ENTIDADE MANTENEDORA E A FACULDADE

A Mantenedora é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral, pela Faculdade Capim Grosso, cabendo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da Lei e Regimento Geral, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos.

Compete, principalmente, à Mantenedora promover as adequadas condições de funcionamento das atividades da Faculdade de Capim Grosso, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários, de seu patrimônio, ou de terceiro a ela cedidos, e assegurando-lhe suficientes recursos financeiros de custeio.

À Mantenedora é responsável pela administração financeira, contábil e patrimonial da Faculdade Capim Grosso.

Dependem de aprovação da Mantenedora:

- I. o orçamento anual da Faculdade de Capim Grosso;
- II. a assinatura de convênios, contratos ou acordos;
- III. as decisões dos órgãos colegiados que importem em aumento de despesa ou redução de receita;
- IV. a criação ou extinção de cursos e o aumento, redistribuição ou redução de suas vagas iniciais;
- V. alterações regimentais.

Compete à Mantenedora designar, na forma de Regimento Geral, os Diretores, competindo-lhe, ainda, a contratação do pessoal docente e técnico-administrativo da Faculdade de Capim Grosso.

29. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação interna ou autoavaliação na FCG ocorre em processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES.

Princípios norteadores da autoavaliação da FCG

Partimos do princípio que não há avaliação para uma instituição que não sabe o que quer, não definiu suas linhas e não delineou seus objetivos. Assim, a instituição de ensino superior deve decidir o que ela quer ser e como ela será o que decidiu ser. Trata-se de explicar sua filosofia educacional. Portanto, cada IES deve decidir o seu modelo, dentro do contexto sociocultural, geográfico e político em que vive.

A autoavaliação tem pluralidade de modelos e para isso ela deve ser contextualizada. Na definição de seu modelo próprio, ela deve levar em conta o contexto sociocultural na qual esta inserida, do contrário ela se tornaria estranha ao meio e não atingiria os fins fixados.

A definição institucional deve levar em consideração a situação nacional, regional e local, perguntando-se de que maneira ela pode melhor servir à comunidade.

No caso específico da FCG, situada no norte Baiano, região agrícola composta por indivíduos de múltiplas culturas, em estágio de relações pré-capitalista e capitalista neo-liberal de empresas de grande porte, de microempresas e de um grande número de nativos que vivem ainda na economia de subsistência, num complexo, cuja complexidade estrutural demanda um diagnóstico aprofundado e minucioso para que ela possa ser útil a todos esses modos de ser que convivem num mesmo espaço e tempo.

Neste contexto de um acelerado dinamismo, a FCG se propõe a marcar de maneira séria e sistemática sua presença na região, proporcionando a formação de profissionais com habilitação superior e com conhecimentos necessários para o processo e a consolidação do desenvolvimento, marcado pela sustentabilidade que prevê a formação de profissionais capacitados técnica e criticamente, com visão integrada das relações com seu estado, seu país e com o mundo. Ela busca assim ações administrativo-sociais contextualizadas e voltadas para as demandas regionais e nacionais, tendo em vista todos os enfoques necessários para a formação acadêmica.

A avaliação, nesse contexto, deve ser considerada não apenas segundo os parâmetros de uma empresa privada que visa à produtividade expressa no retorno. Entra então na avaliação da IES uma variedade de parâmetros, já que a finalidade é compreender o que ela é e o seu papel social.

O projeto de Avaliação Institucional da FCG foi construído visando garantir a participação de toda comunidade acadêmica, de forma crítica e reflexiva, no movimento de busca por melhoria da qualidade da educação superior que oferta. Para tanto, são realizados seminários de sensibilização cujo objetivo é desenvolver na instituição uma cultura avaliativa que garanta a busca permanente de sua excelência a partir da discussão dos seus limites e dificuldades, mas também de seus pontos positivos e avanços, como subsídio para o planejamento estratégico dirigido a melhoria da qualidade na realização de seus objetivos e metas, a fim de que possa como IES com significativa inserção regional, ser capaz de interferir na realidade educacional, social, política e econômica da comunidade da qual faz parte.

29.1 PROCEDIMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação no âmbito da FCG vem sendo norteada por princípios, pressupostos e elementos essenciais ao alcance dos objetivos. A definição de pressupostos contribui para imprimir na avaliação interna um processo de transparência, objetividade e sistematização, permitindo uma linguagem comum na comissão.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente de sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Ao iniciar a Avaliação das Instituições de Educação Superior, solicitando, primeiramente, um autodiagnóstico das IES, o INEP espera que, através da avaliação interna coordenada pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPA), a instituição construa conhecimentos sobre sua própria realidade, criando parâmetros que possam contribuir para tomada de decisão no que concerne a elevação da qualidade educativa.

A avaliação da educação superior, portanto, orientar-se-á a partir de uma visão interna da instituição, proporcionando um diagnóstico ou retrato da IES. Esta tomada é comparável com o microssistema, de um sistema maior educacional, em que a avaliação exerce o papel de iniciar uma cultura de gestão estratégica baseada em gestão de informações para melhorias contínuas da educação. A avaliação interna ou autoavaliação deverá ser, portanto, processos cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES.

Trata-se de criar condições para que as instituições possam, também, dominar questões relacionadas ao significado sócio-político do currículo, do curso e da cultura acadêmica e administrativa, sua organização seus sujeitos e suas práticas. Nessa perspectiva, a avaliação tem funções pedagógica, educativa e construtiva. Dessa forma, a avaliação não deverá ser uma justaposição de informações, mas, sobretudo, deverá proporcionar leituras e indicadores voltados à promoção da melhoria da instituição, e se desenvolver como um processo de continuidade articulada entre a sua formação interna, conhecimentos e experiências adquiridas na avaliação externa e os momentos de regulamentação do MEC.

Os resultados da avaliação interna serão submetidos ao olhar externo da coordenação do INEP (CONAES). Daí, a necessidade de se estabelecer uma comunicação e ações combinadas. Avaliação externa, portanto, se constitui como um importante instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do Ministério da Educação.

Ademais, espera-se que, em função da diversidade cultural, étnico e de recursos financeiros disponibilizados às regiões, a coordenação do INEP esteja atenta para essas questões. Nesse sentido, a Faculdade de ciências Educacionais Capim Grosso - FCG entende que a avaliação interna funciona como ponto de partida para um salto qualitativo na educação superior e a avaliação externa tem a função consultora, educativa e de melhoria da qualidade, expondo indicadores que funcionarão de parâmetro para balizar os indicadores internos. Tais elementos servirão para um (re) posicionamento desta IES frente às transformações em curso e para a sua articulação às demandas sociais e de mercado.

Para a definição dos instrumentos deverão ser consideradas dez dimensões, a serem tomadas como referências para a construção dos instrumentos de coleta de dados, construídas em função das indicações dos documentos oficiais e da necessidade de avaliar a instituição em seus aspectos amplos e multifuncionais.

Objetivos da avaliação na FCG

- Produzir conhecimentos sobre a FCG;
- Discutir os sentidos do conjunto de atividades e finalidades da IES;
- Identificar as causas de seus problemas e suas deficiências;
- Aumentar a eficiência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade;
- Avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos;
- Prestar contas à sociedade.
- Consolidar o processo de auto-avaliação institucional como uma prática educativa voltada a geração de conhecimento sobre a instituição;
- Promover a discussão sobre os pontos fortes e os pontos fracos da IES, garantindo o planejamento de ações estratégicas de curto, médio e longo prazo buscando elevação de sua qualidade acadêmica;

- Possibilitar aos membros da comunidade acadêmica autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, garantindo que os mecanismos institucionalizados e participativos subsidiem a gestão estratégica da IES.

Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da comissão própria de avaliação – CPA, em conformidade com o sistema nacional de avaliação da educação superior – SINAES

A fim de realizar uma avaliação com a participação efetiva de todos os atores envolvidos no processo, a FCG segue três principais etapas imprescindíveis para realização da autoavaliação:

- Promove Seminários de sensibilização;
- Planeja e articula, juntamente com a comissão, as atividades para o processo de avaliação;
- Analisa os dados coletados e os divulga.

Em conformidade com o dispositivo no art. 11 da Lei nº 10.861/04 foi instituída em 2010, na FCG, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) com funções de coordenar e articular o processo interno de avaliação e disponibilizar informações permanentemente.

A CPA é constituída pelas seguintes representações:

- a) Coordenador;
- b) Um representante dos funcionários;
- c) Um representante dos Professores;
- d) Um representante dos Alunos de Administração;
- e) Um representante dos Alunos de Pedagogia;
- f) Um representante dos Alunos de Ciências Contábeis;
- g) Um representante dos Alunos de Serviço Social;
- h) Um representante dos Alunos de Engenharia de Produção;
- i) Um representante da comunidade.

A elaboração do planejamento das atividades de avaliação é responsabilidade da comissão, após revisão dos procedimentos realizados na avaliação anterior e discussão com a comunidade acadêmica. A partir daí, a CPA coordena e realiza os seminários de discussão e sensibilização com estudantes, professores e funcionários e a aplicação dos instrumentos revistos. Além disso, a comissão é

responsável pela organização da estrutura e dos recursos necessários à realização do trabalho.

As discussões sobre o processo de avaliação são realizadas mediante a promoção de seminários com a participação de estudantes, professores e funcionários, visando mobilizar todos os atores para sua participação na autoavaliação.

A partir da realização do seminário são feitas sistematizações das demandas, ideias e sugestões decorrentes dos debates promovidos sobre o processo de avaliação realizado anteriormente. Esse material serviu como base para reformulação do projeto de avaliação anterior.

29.2 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Após conclusão das análises dos dados coletados e da elaboração do Relatório Parcial, são promovidas as seguintes estratégias de discussão: reunião do Conselho Superior para discussão dos resultados e apresentação de propostas de melhorias; seminário ampliado com professores, estudantes e colaboradores para discussão de sugestões e definição do plano de melhorias. Com base nessas discussões é elaborado o Relatório final e o plano de melhorias apresentado ao final deste relatório.

Neste ponto do relatório são apresentados os resultados das análises realizadas sobre os dados coletados com base nos questionários. As análises são organizadas em função dos três grupos de sujeitos participantes da avaliação, a saber: professores, funcionários e estudantes. O instrumento aplicado com cada um dos grupos é construído com base em indicadores definidos nos grupos de estudo e estão relacionados às dez dimensões indicadas anteriormente.

No instrumento aplicado não são tratadas todas as dimensões indicadas isoladamente, mas se dá destaque a algumas delas, especialmente àquelas em que os sujeitos avaliam a atuação da Faculdade, além disso, são realizados alguns cruzamentos em que um mesmo indicador contribui para avaliar mais de uma dimensão. Esse processo de análise busca construir uma visão ampliada da instituição articulada ao que está proposto no seu Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Político Pedagógico.

A seguir, apresentam-se os resultados com relação a cada um dos grupos participantes da avaliação.

A avaliação contempla os itens: comunicação interna; estrutura organizacional e de gestão; imagem institucional; gestão de recursos humanos; apoio técnico-administrativo ao trabalho docente e infra-estrutura para desenvolvimento das atividades pedagógicas.

A análise realizada com relação aos itens indicados acima contempla diversas dimensões com destaque para as seguintes: missão e PDI, responsabilidade social, comunicação com a sociedade, políticas de pessoal, organização e gestão e infra-estrutura física.

29.3 A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Núcleo básico e comum – contempla tópicos que integram, obrigatoriamente, os processos de avaliação interna de todas as IES, conforme indicados abaixo:

- Finalidades, objetivos e compromissos das IES, explicitados em documentos oficiais;
- Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a IES está inserida;
- Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional.

Núcleo de temas optativos – nesse núcleo são considerados os seguintes tópicos:

- Conhecimento do PDI pela comunidade acadêmica;
- Participação da comunidade acadêmica na gestão das ações da IES;
- Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito às políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão acadêmica e administrativa e de avaliação institucional;
- Perfil esperado dos egressos.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto Pedagógico Institucional;
- Projeto Pedagógico dos cursos (descrição do perfil dos egressos);

- Utilização do PDI como referencia para as ações desenvolvidas pela IES em todos os seus níveis;
- Resultados de entrevistas semi-estruturadas com membros da comunidade acadêmica.

29.4 OBJETIVOS E METAS ESPECÍFICOS PARA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

- a) otimizar o desempenho do cumprimento das funções dos órgãos acadêmicos e administrativos da IES e o atendimento à clientela por parte desses órgãos;
- b) acompanhar o desenvolvimento do estudo discente com vistas a auxiliá-lo na resolução das dificuldades do processo de aquisição e busca do saber;
- c) acompanhar o desenvolvimento do trabalho docente com vistas a auxiliá-lo na resolução dos problemas oriundos da lide pedagógica;
- d) implementar as ações da instituição junto à comunidade, com vistas ao cumprimento da função social da instituição universitária;
- e) implementar gradualmente o currículo, o ementário e a biblioteca dos cursos da instituição, com vistas a que sempre atendam às demandas sociais e do mercado de trabalho.

29.5 PROJETO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Como a verificação processual do desempenho institucional permite a implementação de estratégias para a melhoria dos pontos críticos observados, a IES realizará, no mínimo, uma avaliação institucional por semestre.

No que tange ao desempenho docente e discente, a avaliação incidirá sobre questões que favoreçam a verificação do:

- desempenho técnico-científico (clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, inter-relação e domínio de conteúdos, questionamento, síntese, soluções alternativas);
- desempenho artístico-cultural nas áreas pertinentes;
- desempenho didático-pedagógico (cumprimento de objetivos, integração de conteúdos, procedimentos e materiais didáticos e/ou bibliográficos);
- desempenho dos aspectos atitudinais e filosóficos (aspectos éticos, clima livre de tensão, orientação, atitudes e valores);
- pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos alunos.

Além da verificação do desempenho docente, a IES utilizará um sistema de acompanhamento do rendimento dos discentes ao longo do curso com o intuito de descobrir as razões do baixo desempenho, ou seja, se o mesmo é decorrente do perfil do aluno ou do professor e do curso como um todo, dentre outros aspectos.

Além disso, a avaliação procurará verificar o desempenho dos setores acadêmicos e administrativos da instituição (direção, coordenações de cursos, secretarias administrativa e acadêmica, biblioteca, laboratório de informática, etc.) no que se refere ao cumprimento de suas atribuições e ao atendimento à clientela e à comunidade.

30. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Um dos grandes desafios do sistema educacional é a Educação Inclusiva. Os pressupostos da Educação Inclusiva foram criados na década de 70 e fundamentam vários programas e projetos da educação.

A FCG assume que as diferenças humanas são naturais e que, como consequência desse pressuposto, a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades do educando, em vez de o educando adaptar-se ao processo de aprendizagem. Para isso adotar-se-ão as seguintes medidas gerais:

- a) Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças.
- b) Parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações, etc.) com o objetivo de ações integradas entre escola/faculdade, empresas e sociedade civil organizada para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades especiais como direitos humanos universais.
- c) Integração entre escola/faculdade e empresas para a oferta de estágios profissionais com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.

A FCG, sabendo do seu papel como instituição responsável pela inclusão dos portadores de necessidades especiais, pretende desenvolver as seguintes ações:

- I) Para alunos com deficiência visual, a instituição pretende proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- a) Sistema de síntese de voz, impressora *Braille* acoplada a computador ou máquina de datilografia *Braille*.
- b) Fotocopiadora que amplie textos.
- c) Aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio.
- d) Lupas, réguas de leitura.
- e) Aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em *Braille*.

II) Para alunos com deficiência auditiva, a instituição pretende proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- a) Intérpretes de linguagem de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno.
- b) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.
- c) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.

III) Para alunos com deficiência física, a instituição tem suas instalações adaptadas com o fim de assegurar prioridades na integração da pessoa portadora de necessidades especiais, garantindo-lhe o acesso autônomo, o ingresso e a permanência em todos os serviços e instalações da faculdade, da seguinte forma:

- a) Rampas com corrimãos que permitem o acesso do estudante com deficiência física aos espaços de uso coletivo da FCG.
- b) Rampas com corrimãos que permitam o acesso do estudante com deficiência física a todas as salas de aula e laboratórios da FCG.
- c) Banheiros adaptados, com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas.
- d) Barras de apoio nas paredes dos banheiros.
- e) Lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas
- f) Bem como a futura construção e implantação de elevador, a fim de viabilizar de modo mais fácil a acessibilidade.

Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de

transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

30.1 Políticas de Educação Inclusiva

Consciente de sua atuação e responsabilidade junto à comunidade, a Faculdade determina-se a promover e disseminar valores de conscientização para gerar uma transformação na realidade social. Para tanto, tem ações que promovem a sensibilização de todos os envolvidos sobre a importância do papel de cidadania e estimular a prática de uma conduta socialmente responsável.

A par disso, a IES está devidamente estruturada e adequada às normas legais vigentes com vistas a assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, no que diz respeito à mobilidade e utilização de equipamentos e instalações da Instituição de Ensino.

Foram construídas rampas de acesso destinadas aos portadores de deficiência locomotora e os sanitários possuem porta com largura especial, para acesso de cadeirantes, com corre-mão lateral para apoio dos deficientes. Bebedouros em altura compatível estão sendo instalados, assim como telefone público, também em altura compatível com as necessidades dos deficientes.

Na faculdade inexistem barreiras arquitetônicas que possam dificultar o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme disposto no inciso I do § 1º do artigo 2º da Portaria MEC Nº 3.284, de 07/11/2003.

Quanto ao disposto no inciso II dos referido parágrafo e artigo, a Faculdade está devidamente consciente, caso solicitado e até a conclusão do curso pelo solicitante, de dotar a Instituição de:

- Sala de apoio equipada com máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada a computador, sistema de síntese de voz, gravador e foto-copiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura e scanner acoplado a computador;
- Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.
- Em relação aos alunos portadores de deficiência auditiva, a IES igualmente se compromete, em caso de solicitação e, até que o aluno conclua o curso, a proceder da seguinte forma:

- Propiciar, quando necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa (LIBRAS), especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso do vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- Propiciar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva.

31. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

A FCG vem investindo bastante na sua estrutura física para proporcionar maior conforto e bem estar a toda comunidade acadêmica. Como exemplo: substituição de carteiras comuns por acolchoadas, reformas nas áreas externas (construção de jardim, quadra) e interna (reestruturação de espaços de trabalho e melhorias nas salas de aula).

Plano de Expansão da Infraestrutura Física

Para política de melhoria a FCG tem um planejamento de crescimento de sua expansão física investindo nas instalações gerais e também na construção de imóvel próximo ao prédio atual que será destinado a mais laboratórios, salas de aula e auditório. Como parte da política de melhoria dos serviços de atendimento à comunidade estudantil, docentes e sociedade civil.

Reforma e adequação nas salas e infraestrutura para atender na totalmente a acessibilidade, climatização e mobília nos ambientes em que ocorrem atividades.

Política de Inovação

Além da permanente revisão das técnicas pedagógicas, na busca constante da inovação no processo educacional, com vistas ao aperfeiçoamento na formação dada aos acadêmicos, é igualmente necessário flexibilizar a ministração dos conteúdos focando o desenvolvimento de competências, permitindo que os alunos possam atender às suas vocações e interesses particulares.

A FCG, ao adotar as suas políticas inovadoras, dá as seguintes ênfases:

- controle institucional das avaliações acadêmicas, feitas pelas Coordenações de Cursos, visando a eliminar distorções no processo de avaliação do aproveitamento acadêmico;

- apoio técnico-pedagógico aos professores, dando suporte técnico aos professores, para melhor enfrentarem as dificuldades do processo ensino-aprendizagem;
- parcerias empresariais e institucionais, que permitam um contato maior e efetivo do alunado com as questões práticas e profissionais que envolvem seus cursos;

31.1 EQUIPAMENTOS

Os equipamentos tecnológicos e os espaços acadêmicos como as salas de aula, biblioteca, laboratórios, equipamentos, informatização e outros, de uso geral ou de uso restrito, são: Computadores; Impressoras; Projetores; Retroprojetores; Televisores e Outros.

31.2 SALAS DE AULA

As salas de aula somam 16 espaços localizados entre térreo e 1º andar, tendo cada uma 60m², com capacidade para 50 alunos. Novas salas de aulas serão alocadas à medida que outros cursos forem sendo implantados.

31.3 BIBLIOTECA

A Biblioteca da IES conta com 9500 itens, entre títulos, periódicos, cd's, fotografias. Tem como objetivo atender aos alunos, professores e funcionários da IES e pessoas da comunidade. Há serviço de empréstimo regular para alunos, sendo que a renovação pode ser *on-line*.

A biblioteca conta hoje com aproximadamente 150 metros quadrados, com 2 cabines para estudos individuais, sala de projeção, Salas para leitura e trabalhos em grupo, 2 terminais de consulta ao acervo, com acesso à *internet*. Disponibiliza um grande acervo de livros, registrados obedecendo a CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL (CDU), divididos em campos do conhecimento.

A Biblioteca integra a organização acadêmico-administrativa da Faculdade Capim Grosso, diretamente subordinada à Diretoria.

Para melhor atender a comunidade discente, docente e comunidade, a biblioteca adota características de biblioteca universitária e multimídia. Utiliza o sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD), para a classificação de seu acervo. As obras serão recatalogadas segundo as Normas do Código Anglo-Americano (AACR2). O sistema será automatizado, utilizando-se do PHL - Personal Home Library. A base de dados será o COMUT (Programa de Comutação

Bibliográfica) que permite o intercâmbio entre bibliotecas para aquisição de cópia na íntegra de teses, monografias, revistas, periódicos autorizados pelo FINEP. Atualmente se utiliza a catalogação do material em três níveis. Os livros encontram-se organizados nas estantes de acordo com a classificação CDU (Classificação Decimal Universal). As Obras de Referência são também classificadas de acordo com a CDU e estão localizadas em estantes separadas dos livros.

A atualização do acervo bibliográfico é realizada através da seleção do material, a partir dos títulos indicados pelo corpo docente da instituição através de compra. A Biblioteca está aberta à comunidade acadêmica de segunda a sexta-feira das 13:30 às 22:30 horas e aos sábados das 8 às 12 horas. Aos domingos pode ser aberta, de acordo com as solicitações da comunidade.

A biblioteca da FCG conta com assistentes e bibliotecário responsável que coordena as operações de empréstimo, devolução de livros e outros materiais bibliográficos, além de orientar o usuário quanto à localização das obras nas estantes. O acesso ao material bibliográfico ocorre por meio de catálogo informatizado ou ainda pela Internet. O aluno requisita o título de interesse via funcionário administrativo. Os empréstimos são automatizados: Para utilização do serviço de empréstimo o usuário deverá observar seus direitos em consonância com sua categoria, da seguinte forma:

Categoria do usuário	Quantidade de livros	Prazo para entrega
Alunos de graduação	03	07 dias
Professores	04	15 dias
Funcionários	02	07 dias

A Biblioteca está integralmente informatizada, disponível para seus usuários com um sistema de levantamento bibliográfico através do catálogo informatizado - base de dados, e funciona com as seguintes facilidades:

- Acesso remoto para consultas e reservas do acervo;
- Acervo eletrônico (DVD – CD/ROM);
- Consultas do acervo em terminais;
- Controle de movimentação de acervo (empréstimo/consultas/cobrança) com relatórios estatísticos;

- Integração com a área acadêmico-administrativa, possibilitando o efetivo controle na cobrança de livros não devolvidos;
- Interligação com redes nacionais e internacionais (COMUT, IBICT, Internet) e outras bibliotecas cooperantes (empréstimos entre bibliotecas).

A Biblioteca possui ambiente adequado às atividades de prestação de serviços de informação, sendo que a iluminação, mobiliário, tonalidade de ambiente e comunicação visual, atendem aos padrões vigentes. O ambiente atual da Biblioteca possui, ainda, acabamentos que estão dentro dos padrões utilizados para o fluxo de pessoas e facilidade de manutenção que o espaço requer.

31.3.1 Formas de atualização e expansão do acervo

A política de atualização do acervo das bibliotecas passa por um programa de aquisição permanente, através de compras, doações e permutas. A compra de livros, periódicos e multimeios é organizada respeitando-se a atualização dos programas de cursos que, através de suas coordenações, encaminham os pedidos formulados por seus colegiados.

O fato de as aquisições da Biblioteca se nortearem pelas indicações dos colegiados garante a correlação pedagógica entre o acervo e os cursos/programas da Faculdade. Recebidas as solicitações dos professores, a Biblioteca encaminha o pedido de Compras. Todas as solicitações de compras são atendidas.

A biblioteca possui em seu acervo obras atualizadas e os clássicos referentes a cada curso, assim como todas as obras indicadas nas ementas dos programas de ensino. Com relação às obras básicas, procura-se adequar a aquisição a um percentual suficiente de número de exemplares para que os alunos possam dispor do empréstimo.

A Biblioteca conta com Regulamento próprio colocado a disposição de toda comunidade acadêmica.

A Mantenedora vem investindo em títulos mais novos, na atualização e expansão do acervo bibliográfico dos cursos. A política de aquisição se baseia na sustentação da estrutura curricular de todos os cursos, onde é feito um levantamento bibliográfico, pelo bibliotecário, docentes e coordenadores. Após o levantamento, é providenciado novas aquisições bibliográficas.

O Regulamento da Biblioteca, que normaliza o empréstimo, encontra-se à disposição, na instituição.

31.4 LABORATÓRIOS

A FCG tem em sua estrutura física Laboratórios específicos dos cursos, totalmente equipados, com equipamentos modernos para garantir a formação adequada dos alunos: Lab. De química; Física e Desenho. Tem também o Laboratório de Informática.

O Laboratório de Informática oferece aos discentes a infra-estrutura e o suporte para propiciar melhores condições no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, aprimoramento do conteúdo aplicado nas aulas e desenvolvimento de projetos e pesquisas.

O laboratório de informática da FCG utiliza-se de uma ampla sala de 60m² e computadores em número suficientes para atender a demanda da IES. Além disso está sendo implantado mais um laboratório de informática equipado com mais de 20 computadores.

Em vista a importância da informática para o mercado de trabalho e formação acadêmica dos discentes a FCG disponibiliza equipamentos modernos capazes de atender de forma satisfatória as necessidades de toda comunidade acadêmica. Vale ressaltar que a instituição possui computadores de uso exclusivo para técnicos e professores denominado e um Servidor. Outro ponto importante é a interação entre as máquinas que funcionam em rede, estando estas aptas a serem conectadas ao “link”, que funcionará de forma ininterrupta. Todos os computadores possuem acesso a internet e conta com os seguintes *SOFTWARE*: Windows 7 (Sistema Operacional); Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint); Corel Draw 10, Codecs de áudio e vídeo, Múltiplos navegadores, entre outros.

31.4.1 Características

A manutenção e conservação das instalações físicas são realizadas por pessoal da própria instituição ou mediante terceirização, através de contratos com empresas especializadas.

Os laboratórios asseguram acessos diários, com funcionamento de 2^a a 6^a feira das 13:30 às 22h30min, e aos sábados das 8 às 12 horas, para que os docentes e discentes tenham plenas condições de desenvolvimento de seus estudos, práticas investigativas, trabalhos, consultas, serviços e cursos de extensão.

31.4.2 Política de acesso e uso

A utilização dos laboratórios é atividade essencial para o curso tanto dentro da carga horária como em outros horários, de acordo com a organização de cada disciplina e da administração dos laboratórios.

As atividades em laboratório poderão ser em grupo ou individualizadas, com acompanhamento direto do professor responsável pela disciplina, auxiliado por monitores e pessoal técnico de apoio.

Plano de conservação e atualização tecnológica

A conservação e atualização dos equipamentos é realizada a partir da análise constante a cargo do pessoal técnico de apoio, com o auxílio do pessoal de manutenção especializada, que monitora constantemente a necessidade de aquisição de novos equipamentos e/ou atualização dos existentes.

A atualização de *softwares* é feita também mediante análise periódica do pessoal técnico de apoio, consideradas as sugestões de professores do curso que utilizarão os laboratórios como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

31.4.3 Plano de Manutenção

A manutenção de equipamentos, dependendo de sua amplitude, é assegurada pelo pessoal técnico de apoio da própria instituição ou através de contratos com os fornecedores dos equipamentos. A reposição de materiais de consumo é compatível com a demanda das atividades realizadas em cada semestre.

31.4.4 Pessoal Técnico e de Apoio

O pessoal técnico de apoio é formado por uma equipe de profissionais selecionados pela FCG, cuja responsabilidade é a atualização tecnológica, a manutenção da gerência de redes, a manutenção e instalação dos equipamentos nos laboratórios, biblioteca e demais setores, de modo que se assegure que o ensino, a pesquisa e a extensão sejam sempre ministrados com apoio de novas tecnologias e mantenham a qualidade dos cursos e programas oferecidos à comunidade.

Tabelas demonstrativas das Instalações e Equipamentos:

31.5 INSTALAÇÕES FÍSICAS GERAIS

	Quantidade	Área (M²)	2018	2019	2020	2021	2022
Área de lazer	01	3115	01	01	01	01	01
Auditórios	02	230 m²cada	02	02	02	02	02
Banheiros	04	30 m²cada	04	04	06	06	06
Biblioteca	01	120 m²	01	01	01	01	01
Instalações Administrativas	08	20 m²cada	08	10	12	13	14
Laboratórios informática	02	50 e 60	01	01	01	01	01
Laboratórios	03	20 m²cada	05	05	05	05	05
Brinquedoteca	01	20	01	01	01	01	01
Salas de aula	15	60 m²cada	23	23	23	23	23
Salas de Coordenação	05	10 m²cada	05	05	05	05	05
Salas de Docentes	01	30	01	01	01	01	01
Secretaria acadêmica	01	20	01	01	01	01	01
CEDIC	01	12	01	01	01	01	01
Cozinha	01	10	01	01	01	01	01
NIPPE e NUPI	01	15	01	01	01	01	01
Gabinete do professor	05	12	01	01	01	01	01
Sala de Atendimento ao aluno (ouvidoria e Psicopedagógico, NAPED)	02	10	01	01	01	01	01
Outros	05	30	06	06	06	06	06

31.6 EQUIPAMENTOS

Equipamento	Especificação	Quantidade	2018	2019	2020	2021	2022
Computadores	Lab. informática	40	42	45	45	50	60
Computadores	Biblioteca	03	05	05	08	08	10
Impressoras		09	09	10	11	12	13
Projetores		15	15	18	20	22	25
Caixa de Som		10	10	10	15	15	20

31.7 BIBLIOTECA

Acervo por área do conhecimento

Materiais	Área de conhecimento	Quantidade de Títulos
Livros	Ciências Sociais Aplicadas	623
Livros	Ciências Agrárias	7
Livros	Ciências Biológicas	137
Livros	Ciências Exatas e da Terra	103
Livros	Ciências Humanas	1117
Livros	Ciências da Saúde	56
Livros	Engenharias	1207
Livros	Linguística, Letras e Artes	328
Livros	Outros	38
Periódicos	Administração	Impresso e eletrônicos
Periódicos	Ciências Contábeis	Impresso e eletrônicos
Periódicos	Pedagogia	Impresso e eletrônicos
Periódicos	Serv. Social	Impresso e eletrônicos
Periódicos	Engenharia de Produção	Impresso e eletrônicos
Jornais	Multidisciplinar	A tarde